



# DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE JANEIRO DE 1988

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Caio Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

Rui José dos Santos Silva

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta dos requerimentos entrados na Mesa, da resposta a alguns outros e dos diplomas apresentados.

Foi aprovado um voto em que a Assembleia da República exprime o seu empenhamento em contribuir para a solução do problema palestiniano.

Em declaração política, o Sr. Deputado Duarte Lima (PSD) elogiou a actuação do Governo em vários domínios da sua actividade, tendo respondido, no final, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Nogueira de Brito (CDS).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Lopes Cardoso (PS) criticou a política e o comportamento do Governo em diversos aspectos da sua acção. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Joaquim Marques e Sousa Lara (PSD).

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) condenou a política geral do Governo, designadamente no campo laboral, tendo respondido, no fim, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Joaquim Marques (PSD).

**Ordem do dia.** — Foi aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de Deputados do PSD e do PS.

Foi discutido o projecto de deliberação n.º 4/V (PCP) — tendente à urgente constituição de uma comissão eventual para a análise da situação do sector empresarial do Estado (em especial das empresas públicas de capitais públicos), bem como as respectivas causas —, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP), Guido Rodrigues e Vieira de Castro (PSD), Nogueira de Brito (CDS), Manuel dos Santos (PS), Carlos Carvalhas (PCP), João Corregeador da Fonseca (ID), Silva Lopes (PRD) e Jerónimo de Sousa (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.  
Adão José Fonseca Silva.  
Adérito Manuel Soares Campos.  
Alberto Cerqueira de Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Álvaro José Rodrigues Carvalho.  
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira  
António Abílio Costa.  
António Augusto Lacerda de Quicirós.  
António Augusto Ramos.  
António de Carvalho Martins.  
António Costa de A. de Sousa Lara.  
António Fernandes Ribeiro.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António José Caciro da Motta Veiga.  
António José de Carvalho.  
António Manuel Lopes Tavares.  
António Maria Oliveira de Matos.  
António Maria Pereira.  
António Paulo Martins Pereira Coelho.  
António Rolcira Marinho.  
António da Silva Bacelar.  
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.  
Arlindo da Silva André Moreira.  
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.  
Bclarmino Henriques Correia.  
Carla Tato Diogo.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
Carlos Manuel Sousa Encarnação.  
Carlos Miguel M. de Almida Coelho.  
Casimiro Gomes Percira.  
Cecília Pita Catarino.  
César da Costa Santos.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
Domingos Duarte Lima.  
Domingos da Silva e Sousa.  
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.  
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.  
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.  
Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
Fernando José Alves Figuciredo.  
Fernando José Antunes Gomes Percira.  
Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Fernando Sequira Roriz.  
Filipe Manucl Silva Abreu.  
Francisco João Bernardino da Silva.  
Francisco Mendes Costa.  
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.  
Hilário Torres Azevedo Marques.  
Jaime Gomes Milhomens.  
João Álvaro Poças Santos.  
João Costa da Silva.  
João Domingos F. de Abreu Salgado.  
João Granja Rodrigues da Fonseca.  
João Pedreira de Matos.

João José da Silva Maçãs.  
João Manuel Ascensão Belém.  
João Maria Ferreira Teixeira.  
João Soares Pinto Montenegro.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Fernandes Marques.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
José Alberto Puig dos Santos Costa.  
José de Almeida Cesário.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José António de Coito Pita.  
José Assunção Marques.  
José Augusto Ferreira de Campos.  
José Francisco Amaral.  
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.  
José Júlio Vieira Mesquita.  
José Lapa Pessoa Paiva.  
José Leite Machado.  
José Luís Bonifácio Ramos.  
José Luís Campos Vicira de Castro.  
José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.  
José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
José Manuel da Silva Torres.  
José Mário Lemos Damião.  
José Mendes Bota.  
José Pereira Lopes.  
Licínio Moreira da Silva.  
Luís Amadeu Barradas Amaral.  
Luís António Martins.  
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
Luís Filipe Meneses Lopes.  
Luís Manuel Costa Geraldes.  
Luís Manuel Neves Rodrigues.  
Luís da Silva Carvalho.  
Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
Manuel Coelho dos Santos.  
Manuel Fereira Martins.  
Manuel João Vaz Freixo.  
Manuel Joaquim Dias Lourciro.  
Margarida Borges de Carvalho.  
Maria Assunção Andrade Esteves.  
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.  
Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
Maria Manuela Aguiar Moreira.  
Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.  
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.  
Mário Ferreira Bastos Raposo.  
Mário Jorge Belo Maciel.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.  
Mateus Manucl Lopes de Brito.  
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.  
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.  
Nuno Francisco F. Delcure Alvim de Matos.  
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.  
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Gomes da Silva.  
Valdemar Cardoso Alves.  
Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
Vítor Pereira Crespo.  
Virgílio de Oliveira Carneiro.

**Partido Socialista (PS):**

Afonso Sequira Abrantes.  
Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto de Sousa Martins.

António de Almeida Santos.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Fernandes Silva Braga.  
 António Manuel Carvalho Vitorino.  
 António Manuel Oliveira Guterres.  
 António Miguel Moraes Barreto.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Armando António Martins Vara.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Manuel G. Pereira Pinto.  
 Edmundo Pedro.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Eliza Maria Ramos Damião Vieira.  
 Fernando Ribeiro Moniz.  
 Francisco Fernando Osório Gomes.  
 Francisco Igredas Caciro.  
 Helder Oliveira dos Santos Filipe.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 João Barroso Soares.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Rosado Correia.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Jorge Lacão Costa.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Florêncio B. Castel Branco.  
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Manoel Alcagre de Melo Duarte.  
 Manoel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manoel António dos Santos.  
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.  
 Maria Julita Ferreira B. Sampaio.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Raul Fernando Sousa da Costa Brito.  
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.  
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Vítor Manuel Caio Roque.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):  
 Álvaro Favares Brasilciro.  
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.  
 António da Silva Mota.  
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.  
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Cláudio José dos Santos Percheiro.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Jerónimo de Carvalho de Sousa.  
 Jorge Manuel Abreu Lemos.  
 José Eduardo Linhares de Castro.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Anastácio Filipe.  
 Manuel Rogério Sousa Brito.  
 Maria Luísa Amorim.

Maria de Lurdes Dias Hespanhol.  
 Maria Odete Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

António Alves Marques Júnior.  
 Francisco Armando Fernandes.  
 Isabel Maria Costa Ferreira Espada.  
 José Silva Lopes.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Rui José dos Santos Silva.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.  
 José Luís Nogueira de Brito.

**Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):**

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

**Agrupamento Intervenção Democrática (ID):**  
 João Cercera Corregedor da Fonseca.

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura dos requerimentos e dos diplomas que deram entrada na Mesa.

**O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes):** — Deram entrada na Mesa, nas últimas reuniões plenárias, os seguintes requerimentos: ao Ministério da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Vidigal Amaro e outros; ao Ministério da Educação, formulados pelo Sr. Deputado Linhares de Castro; a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Álvaro Brasileiro; aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Manuel Filipe; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Joaquim Araújo e João Montenegro; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Gilberto Madail; aos Ministérios da Administração Interna e da Educação, formulados pelo Sr. Deputado Filipe Abreu; ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, formulados pela Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Afonso Abrantes, Raul Brito e Rui Vieira; ao Ministério da Educação, formulados pela Sr.ª Deputada Julita Sampaio; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado António Barreto; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Bártilo Paiva Campos; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulado pelo Sr. Deputado António Vairinhos; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados José Mendes Bota, Elisa Damião, Luís Roque e Lino de Carvalho; ao Ministério da Justiça, formulado pela Sr.ª Deputada Odete Santos e outros; às Câmaras Municipais de Condeixa e da Figueira da Foz, formulados pelo Sr. Deputado Linhares de Castro; à Câmara Municipal de Mortágua, formulado pelos Srs. Deputados Afonso Abrantes e Raul Junqueiro; ao Minis-

tério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado José Lelo; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Manuel Filipe, Linhares de Castro, Raul Junqueiro, Julieta Sampaio e Filipe Abreu; a diversos ministérios, no total de cinco, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Ministério da Educação, no total de seis, formulados pelo Sr. Deputado Álvaro Amaro; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelos Srs. Deputados Carlos Costa e António Mota; a diversos ministérios, no total de cinco, formulados pelos Srs. Deputados João Amaral e José Magalhães; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e à Secretaria de Estado da Cultura, no total de três, formulados Sr. Deputado José Magalhães e outros; ao Ministério da Justiça, formulados pelos Srs. Deputados Herculano Pombo e Licínio Moreira; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Mateus de Brito; a diversos ministérios, no total de seis, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figuciredo; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado José Lelo; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Rui Vieira; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Rui Silva; a diversos ministérios, no total de três, formulados pelo Sr. Deputado Herculano Pombo; à Câmara Municipal de Caminha, formulado pelo Sr. Deputado Herculano Pombo; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Carlos Brito; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulado pelos Srs. Deputados Rogério Brito e Jorge Lemos; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Hermínio Martinho; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Carlos Pinto; ao Ministério da Educação, no total de três, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Julieta Sampaio; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado Rui Silva; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Roque Cunha; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado Flausino Silva; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Eduardo Pereira e Álvaro Amaro; aos Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros, formulados pelos Srs. Deputados Afonso Abrantes e Miranda Calha; ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados José Lelo e Jorge Lemos; ao Governo, no total de quatro, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Lourdes Hespanhol e outros; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado António Mota; ao Governo, no total de três, formulados pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; aos Ministérios da Saúde e do Plancamento e da Administração do Território, formulados pelos Srs. Deputados Vidigal Amaro e Lino de Carvalho; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pelos Srs. Deputados Apolónia Teixeira e Álvaro Brasileiro; ao Ministério da Saúde, formulados pelo Sr. Deputado Linhares de Castro; ao Ministério da Educação, formulado pelos Srs. Deputados Álvaro Amaro e Jorge Lemos; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Rolcira Marinho e outros; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulado pelo Sr. Deputado Guerreiro Norte; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado José Castel Branco e outros; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Rolcira Marinho e Carlos Brito; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Duarte Lima e outros; aos Ministérios da Educação e do Emprego

e da Segurança Social, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Torres Marques; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Luís Roque; ao Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Jorge Lemos e Rogério Moreira; aos Ministérios do Emprego e da Segurança Social e das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado António Mota; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa; a diversos ministérios, formulados pelos Srs. Deputados Jorge Lemos e Rogério Moreira; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado Luís Roque; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulado pelo Sr. Deputado Linhares de Castro; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado António Mota; aos Ministérios da Educação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Lemos e outros; ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, formulados pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho; a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Álvaro Brasileiro; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado José Manuel Mendes; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas; ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, formulados pelo Sr. Deputado Linhares de Castro; a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado António Mota; ao Ministério da Indústria e Energia, formulado pelo Sr. Deputado Rui Silva; à Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, formulados pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Herculano Pombo; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Manoel Albino de Almeida; ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Luís Meneses e Maia Nunes de Almeida; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Duarte Lima e outros; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Osório Gomes; à Secretaria de Estado da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Lage; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Arons de Carvalho; à Câmara Municipal de Chaves, formulado pelo Sr. Deputado Herculano Pombo. O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: Helena Torres Marques, na sessão de 24 de Setembro; Guerreiro Norte, na sessão de 16 de Outubro; Luís Roque, nas sessões de 5, 6 e 11 de Novembro; Squeira Abrantes e Osório Gomes, na sessão de 6 de Novembro; Herculano Pombo, na sessão de 12 de Novembro; Linhares de Castro, na sessão de 21 de Outubro; António Barreto, na sessão de 27 de Agosto; Ilda Figuciredo, na Comissão Permanente do dia 8 de Outubro; Apolónia Teixeira e Linhares de Castro, na sessão de 21 de Outubro; Álvaro Amaro, na sessão de 22 de Outubro; Lino de Carvalho e outros, na sessão de 29 de Outubro; Maria Santos, na sessão de 12 de Novembro; Miranda Calha, na sessão de 13 de Novembro; Álvaro Brasileiro, na sessão de 20 de Novembro; Ilda Figuciredo, na sessão de 17 de Novembro; António Mota, na sessão de 17 de Novembro; Luís Roque, na sessão de 6 de Novembro; Octávio Teixeira, na sessão de 10 de Novembro; João Amaral, na sessão de 16 de Outubro; António Barreto, na sessão de 3 de Novembro; Maria Santos, nas sessões de 12 e 17 de Novembro; Ferreira de Campos, na sessão de 22 de Outubro; José Lelo, na sessão de 3 de Novembro; Maria Odete Santos e outros, na sessão de 17 de Outubro; Carlos Brito e João Amaral, na reunião da Comissão Permanente do dia 24 de Setembro; Lino de Carvalho e Rogério Brito,

na sessão de 29 de Outubro; Luís Roque, na sessão de 27 de Outubro; Vidigal Amaro e outros, na sessão de 29 de Outubro; Linhares de Castro, na sessão de 5 de Novembro; Octávio Teixeira e Jorge Lemos, na sessão de 10 de Novembro; Luís Roque, nas sessões de 29 de Outubro e de 6 de Novembro; Manuel dos Santos, na sessão de 5 de Novembro; João Gaspar de Almeida, na sessão de 29 de Outubro; Jorge Augusto de Campos, na sessão de 12 de Novembro; Jorge Lemos, na sessão de 13 de Novembro; Octávio Teixeira e Vieira Mesquita, na sessão de 17 de Novembro; Manuel Anastácio Filipe e Matos de Brito, na sessão de 27 de Novembro; Rui Rabaça Vieira, na sessão de 4 de Dezembro; Jerónimo de Sousa, na sessão de 12 de Março; Herculano Pombo, nas sessões de 28 de Agosto e de 12 de Novembro; João Amaral e Maia Nunes de Almeida, na reunião da Comissão Permanente do dia 24 de Setembro; Mendes Bota, na sessão do dia 8 de Outubro; Helena Torres Marques, nas sessões do dia 23 de Setembro e de 15 de Outubro; Álvaro Amaro e Jerónimo de Sousa, na sessão de 21 de Outubro; Rogério Moreira, nas sessões de 22 de Outubro e de 6 de Novembro; Maria Santos, na sessão de 22 de Outubro; António Barreto, nas sessões de 27 de Outubro e de 3 de Novembro; Licínio Moreira, na sessão de 27 de Outubro; José Apolinário e José Manuel Mendes, na sessão de 27 de Outubro; José Lelo e Cláudio Percheiro, na sessão de 29 de Outubro; Luís Roque, nas sessões de 29 de Outubro e de 13 de Novembro; Ilda Figueiredo, na sessão de 2 de Novembro; Álvaro Brasileiro, nas sessões de 5 e 17 de Novembro; Luisa Amorim e outros, na sessão de 17 de Novembro; Miranda Calha, na sessão de 17 de Novembro; Paiva Campos, na sessão de 19 de Novembro; Elisa Damião e José Reis, na sessão de 20 de Novembro; Hermínio Martinho, na sessão de 11 de Dezembro; Álvaro Amaro, na sessão de 8 de Outubro; Carlos Brito, na sessão de 27 de Outubro; Mendes Bota, na sessão de 6 de Novembro; Maria Santos, na sessão de 10 de Novembro, e Lino de Carvalho e outros, na sessão de 10 de Novembro.

Entretanto, deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: projecto de lei n.º 147/V — Alteração do nome da freguesia de Póvoa, da iniciativa da Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, do PS, que foi admitido e baixou à 10.ª Comissão; projecto de deliberação n.º 6/V — Constituição de uma comissão eventual para apreciação dos projectos de revisão constitucional, da iniciativa do PS, que foi admitido; projecto de resolução n.º 12/V — Adopção de medidas com vista à criação da área de paisagem protegida do litoral de Caminha e mata do Camarido, da iniciativa de Os Verdes, que foi admitido, e ratificação n.º 6/V, sobre o Decreto-Lei n.º 387-D/87, de 29 de Dezembro, que altera diversos artigos do Código das Custas Judiciais, da iniciativa do Sr. Deputado José Magalhães e outros, do PCP.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, convoco uma reunião dos Srs. Presidentes dos grupos e agrupamentos parlamentares para as 15 horas e 45 minutos, na Sala de D. Maria. Será uma reunião breve.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, de acordo com o que ficou combinado. O Sr. Deputado Carlos Brito pediu a palavra para que efectue?

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Para dizer que me inscrevi para intervir no período de antes da ordem do dia e que por isso, a essa hora, não me é possível estar presente na reunião. Se fosse um pouco mais tarde, teria todo o gosto em participar na reunião.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, é difícil estarmos a congregar todas as possibilidades. Se o Sr. Deputado pudesse mandar alguém que o substituisse à reunião, julgo que tudo ficaria resolvido.

Srs. Deputados, como ficou acordado, vamos proceder dentro de alguns momentos à leitura e depois à votação de um voto subscrito por todos os grupos e agrupamentos parlamentares sobre o problema do povo palestiniano. Seguir-se-ão as declarações políticas, para as quais estão inscritos os Srs. Deputados Duarte Lima, Lopes Cardoso e Carlos Brito.

**O Sr. Secretário:** — O Sr. Secretário vai ler o voto que há pouco anunciei.

**O Sr. Secretário:** — O voto proposto é do seguinte teor:

O problema do povo palestiniano insere-se no contexto dos conflitos no Médio Oriente. A sua solução não é possível sem um novo clima de relacionamento pacífico entre os povos da região.

A Assembleia da República Portuguesa, preocupada com o sofrimento das populações consequente ao arrastar dos conflitos na região, considera ser dever da comunidade internacional contribuir para a possibilidade de uma solução para o problema, justa e negociada entre os povos interessados.

De acordo com este princípio é possível encontrar a paz, partindo do mútuo reconhecimento e defendendo a dignidade de todos os envolvidos.

Com este espírito, tem vindo a ganhar forma no seio da comunidade internacional a proposta de realização de uma conferência internacional de paz para o Médio Oriente, com a participação de todas as partes, sob a égide da ONU.

A Assembleia da República aproveita esta ocasião para exprimir o seu empenhamento na resolução com justiça do problema palestiniano, juntando a sua voz à dos que vêm defendendo a realização da referida conferência como caminho para a paz, nomeadamente afirmando o seu apoio à declaração aprovada pela reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE em 23 de Fevereiro de 1987 e considerando a recente deliberação do Conselho de Segurança da ONU sobre a questão palestiniana.

**O Sr. Presidente:** — Iremos agora passar à votação do voto que acabou de ser lido.

Antes, queria anunciar à Câmara que estão presentes, na galeria do corpo diplomático, os Srs. Embaixadores da Turquia, do Iraque, da OLP, do Egito, de Marrocos e do Irão.

Vamos passar à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

*Aplausos gerais*

*Entretanto, assumiu a presidência a Sr.ª Vice-Presidente Manuela Aguiar.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo esta a primeira sessão plenária da Assembleia da República de 1988 em que temos a possibilidade regimental de fazer uma declaração política, não queremos deixar de aproveitar o ensejo para fazer um sintético balanço da actividade do Governo, passados que

estão cerca de cinco curtíssimos meses desde que viu o seu Programa aprovado por este Parlamento.

E falo em cinco curtíssimos meses, porque, felizmente para Portugal, o povo português decidiu em 19 de Janeiro passado expressar uma vontade determinada de acabar com os ciclos de curta duração que, na nossa recente experiência democrática, limitavam a vida média dos governos a períodos pouco superiores a um ano. Eram muitos os malefícios que para o País resultavam da instabilidade governativa. Cansado, o eleitorado manifestou de forma inequívoca a sua vontade de que a vida do País seguisse outro rumo.

E está a seguir!

O actual governo do PSD, presidido pelo Professor Cavaco Silva, dispõe de um horizonte de governabilidade para quatro anos.

A acção do Governo estrutura-se com base no Programa que esta Câmara aprovou, no qual se traçam metas e planos de acção articulados que têm uma coerência global dentro desse horizonte temporal de realização.

O PSD e o Governo não terão nenhum receio, no final deste mandato, de submeter a globalidade da sua acção ao juízo do povo português e ouvir o veredicto popular, qualquer que ele seja. É sempre importante ouvir todas as opiniões, todas as críticas, mesmo as mais cáusticas e severas, particularmente aquelas que têm lugar nesta Câmara, sede própria para onde o povo enviou os seus representantes. Nenhuma desprezamos. Mas aquela que para nós é determinante e mais importante é a palavra final do soberano que nos elege.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD não quer deixar de realçar, por mais tempo de plena efectividade constitucional do Governo, a forma correcta e séria como está a dar seguimento ao cumprimento do seu Programa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isto para nós é importante, porque muitas vezes os nossos detractores nos criticam por não fazermos um rol variado de coisas ... que, afinal, eram as do seu programa e não do nosso, e muito menos do Programa do Governo. E é precisamente sobre o Programa do Governo — com o suporte constitucional e institucional que deriva da sua aprovação por esta Assembleia — que se deve exercer o salutar direito de fiscalização e não, como alguns pretendem, sobre os programas eleitorais da oposição. O País afirmou com cristalina evidência que estes deveriam aguardar a oportunidade mais propícia. E por certo que aguardarão!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quando dizemos que o Governo está a cumprir o seu Programa, não nos importamos de passar à demonstração de tal afirmação. Cremos que tal demonstração é útil e necessária para aquietar alguns espíritos inquietos, que nesta Câmara e fora dela têm feito fértil demonstração do seu desassossego.

Queremos realçar, nomeadamente: a aprovação das propostas de lei do Orçamento do Estado e das GOPs para 1988, mais uma vez dentro dos prazos constitucionais, o que faz o PSD ser pioneiro na criação de um salutar costume político, com evidentes reflexos positivos na economia do País e na vida dos cidadãos;...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... o envio para a Assembleia da República da proposta de lei que permite a transformação das empresas públicas em sociedades anónimas, bem como a alienação de parcelas do respectivo capital; a proposta de lei que define o regime de alienação de participações do Estado em diversas unidades empresariais; a proposta de lei que define o novo regime de alienações das empresas públicas de comunicação social; a proposta de lei da rádio; a proposta de lei da reforma fiscal; a aprovação da lei sobre o estatuto da imprensa regional; o envio para a Assembleia da República da proposta de lei de agravamento das penas para o trabalho infantil; a aprovação da proposta de lei orgânica dos tribunais judiciais, do regime do acesso ao direito e aos tribunais, e a aprovação da Lei Orgânica das Secretarias Judiciais e dos Funcionários da Justiça. Como é ainda do domínio público, o Governo apresentou junto do Conselho Permanente de Concertação Social um anteprojecto de revisão do regime de cessação dos contratos individuais de trabalho e dos contratos a prazo. Tem o Governo, neste particular, mantido uma posição de abertura ao diálogo junto dos parceiros sociais, afirmando o seu empenho na obtenção de uma solução de compromisso tão consensual quanto seja possível, como é exigível para uma matéria desta delicadeza, na qual os interesses em confronto são naturalmente antagónicos e nem sempre fáceis de compatibilizar.

O Governo tem praticamente pronta para enviar à Assembleia da República a legislação agrária, que constitui outro dos seus importantes compromissos eleitorais.

Não vale a pena referir os excelentes resultados da política económica relativos a 1987, devidamente salientados pelo Sr. Primeiro-Ministro no debate do Orçamento, que aqui realizámos há dias. Isso custa a aceitar à oposição, que há um ano atrás protagonizava o descalabro da política económica do Governo e que hoje se vê confrontada com a realidade crua das estatísticas, que desmentem os seus aguerridos presságios. Mas esta é a evidência das coisas, e a evidência das coisas é diferente da evidência dos discursos inflamados.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo tem pois cumprido, poderão dizer os Portugueses! E cumprido bem, dizemos nós!

Perante esta realidade, causa alguma estranheza ouvir certas críticas que, com mais ou menos veemência, algumas oposições dirigem ao Governo. E dizemos apenas alguma estranheza, e não estranheza total, porque não nos admiramos que a oposição critique o Governo. É essa a sua função e mal iriam as coisas se assim não fizesse. Só que é nosso entendimento que muitas dessas críticas não têm fundamento, em função do que o Governo já fez e do que vai fazer para cumprir o seu Programa nos próximos três anos e meio — e aqui, permitam-me os senhores deputados da oposição que lhes diga, só para lhes aguçar a curiosidade, que vão ter ainda muitas surpresas.

**Uma voz do PS:** — Não nos admira nada! Estamos cá para isso.

**O Orador:** — Claro que muitas dessas críticas são críticas de estilo. Já se viu gente surpreendida negativamente com o Governo porque este não teria ritmo e padeceria até de uma certa timidez. Bom é de ver que isto do ritmo parece mais um convite à valsa do que uma crítica política, mas mesmo assim não a deixaremos sem resposta.

E começamos por salientar uma contradição evidente nos que fazem tais afirmações: dizem eles que o Governo anda

devagar. Pois o Governo apresenta um conjunto de diplomas na área da justiça e logo proclamam: «Alto! Ainda não! Espere lá o Governo mais uns tempos que ainda não é oportuno.»

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo inicia a discussão da legislação laboral no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social. E logo os mesmos que dizem que anda devagar vêm clamar que o diploma em questão deve ser liminarmente retirado.

E então não é que o partido que mais radicalmente ataca o Governo, acusando-o de ser timido nas reformas, particularmente no que se refere à chamada questão das privatizações, vem no dia seguinte, numa incompreensível mudança de humores, sugerir que scria melhor que as reformas não se fizessem já e que se aguardasse pela revisão constitucional?!

*Aplausos do PSD.*

Não podemos deixar de salientar a incerteza patenteada por estas críticas, nem de assinalar as contradições das mesmas que se desfazem a si próprias e de demonstrar o infundado destas acusações e de lançar aos que as proferem um repto: o de que no futuro fiscalizem mais a actuação do Governo na consideração do Programa que ele está obrigado a cumprir — e não dos programas das oposições, por mais legítimos que estas os considerem.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foram as nossas propostas de mudança que foram sufragadas pelo eleitorado e não as da oposição. O PSD vai executá-las com a moderação prometida. Ninguém tem que se espantar com afloramentos de radicalismo verbal em alguns sectores da oposição. Só que nós não iremos por aí. O PSD defende um salutar gradualismo na execução das reformas porque o gradualismo é um ingrediente fundamental na fórmula democrática do progresso.

Ninguém se admire também que se diga que o PSD fica muitas vezes sozinho nesta Câmara a apoiar o Governo. Mesmo quando estamos sozinhos continuamos a ser muitos!

Na legislatura passada apoiamos muitas vezes o Governo sozinhos e não foi isso que impedi o povo português de dar-nos a maioria absoluta. De resto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acaso não é isso normal em qualquer democracia civilizada? Acaso não acontece em todas as democracias do mundo que a oposição vota normalmente contra o Governo e que este é sustentado pelo partido do qual emerge? Isto é que é o livre jogo da democracia.

Ouvimos já nesta Câmara que os partidos da oposição também tiveram os seus programas eleitorais. Isso é verdade, só que a esmagadora maioria do País foi clara e não quis que esses programas fossem executados, preferindo optar pela execução do nosso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está o Governo, em nosso entender, no caminho certo!

Pensamos, também, que a maioria dos Portugueses tem esta consideração.

Se dúvidas houvera, bastaria reparar no estudo de opinião levado a cabo por uma prestigiada instituição internacional, publicado anteontem num matutino lisboeta, abrangendo 37 países, nos quais se inclui Portugal. Segundo esse estudo, realizado no último trimestre de 1987, Portugal é dos países da Comunidade Europeia aquelle cuja população tem melhores perspectivas para o ano de 1988.

**Uma voz do PCP:** — Coitados dos outros!

**O Orador:** — Os Portugueses, podemos nós concluir, continuam a confiar no futuro.

Sabemos da aversão que muito têm aos estudos de opinião, sobretudo quando são feitos com rigor e seriedade, como acontece com o caso que referi.

Nós prezamos a força da opinião pública, porque consideramos que numa sociedade democrática é ela que cumpre essa função primordial de se mover entre o povo e os seus representantes, dando a estes a conhecer a vontade e os anseios daquele e permitindo simultaneamente aferir se os que governam o estão a fazer em conformidade com a vontade expressa nas urnas.

Conforta-nos saber que em Portugal, e de forma esmagadora, mais de 75 % dos Portugueses confia que 1988 será, tal como 1987, um bom ano para a nossa economia e para o seu nível de vida.

Sentimos com isso que o crédito que a opinião nos concede é, afinal, o descrédito que também concede às oposições.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Vítor Crespo.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Nogueira de Brito tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Ouvi atentamente a declaração do Sr. Deputado, pois até alterámos um pouco o nosso programa da reunião de líderes para lhe dar essa atenção.

Fiquei com a ideia, Sr. Deputado Duarte Lima, de que a sua declaração política foi escrita em dois momentos diferentes. Num primeiro momento, que se situa talvez há um mês atrás, V. Ex.<sup>a</sup> iniciou a redacção da sua declaração política. Nessa altura, V. Ex.<sup>a</sup> diz o seguinte: «Não, o Governo governa quatro anos, é no fim dos quatro anos que VV. Ex.<sup>as</sup> deverão apreciar a actividade do Governo! Agora tenham calma, não há nada que apreciar. V. Ex.<sup>as</sup> nessa altura apreciarão e, mais que V. Ex.<sup>as</sup>, o povo português.»

**O Sr. Correia Afonso (PSD):** — Pois com certeza!

**O Orador:** — Pois com certeza, Sr. Deputado, não tenha dúvida!

*Risos do PSD.*

Depois, seguiu-se uma parte que corresponde àquela fase atabalhoada de tomada de medidas, face às críticas, que vieram de todos os lados, ao imobilismo do Governo, à imagem de lazer que o Governo dava — ministros nas praias, ministros aqui, ministros acolá, ministros nos restaurantes ...

**Uma voz do PSD:** — Então, o Sr. Deputado não come?

**O Orador:** — Medidas nenhuma, em parte nenhuma!

Então, surgiram as medidas, atabalhoadamente, e V. Ex.<sup>a</sup> adapta a segunda parte do seu discurso. Em vez de pedir um julgamento para daqui a quatro anos, V. Ex.<sup>a</sup> pede um julgamento imediato para um série de medidas que enumerou. Sr. Deputado, não é segredo que uma dessas medidas visou responder a críticas que lhe foram

dirigidas da área do CDS. Até interpreci as palmas da sua bancada como tal — à crítica, e não à intervenção de V. Ex.<sup>8</sup>

#### *Risos do PSD.*

Queria dizer-lhe ainda, Sr. Deputado Duarte Lima, que percebeu mal ou então empregou mal as expressões que utilizou. V. Ex.<sup>8</sup> diz: «Aqueles que consideram tímido o nosso programa de privatizações, quando iniciamos esse próprio programa vêm dizer que se está a andar depressa demais.»

Sr. Deputado, estamos a falar, com certeza, de coisas diferentes. O que consideramos inoportuno não tem nada a ver com as privatizações. Trata-se de uma proposta de lei que começámos a discutir, a propósito da sua admissibilidade, na sessão passada, que vamos continuar a discutir, no fundo, nesta mesma sessão, pela iniciativa com que nos brinda o PCP, e que iremos voltar a discutir dentro de duas semanas. Bem, isso não se trata de uma proposta de lei sobre privatizações, pois nem é assim que o Governo a qualifica. Trata-se apenas de injetar um pouco de sangue novo num sector público completamente depauperado, Sr. Deputado Duarte Lima. Como já juristas eminentes as caracterizaram, trata-se apenas de associar alguém à gestão das empresas públicas.

Por isso é que nós criticamos, Sr. Deputado Duarte Lima. Isto é lançar pocira nos olhos dos Portugueses, pois não se trata de privatizações, isto são transfusões ou tentativas de transfusões feitas para o sector público. Só isso é que nós criticamos. Com esta medida, que é uma medida para enganar os Portugueses ...

O Sr. Presidente: — De acordo com o que ficou estabelecido na conferência de líderes e que eu aqui transmiti, o Sr. Deputado tem o direito de terminar a frase e não aquele «acabo já» que leva três, quatro e às vezes cinco minutos. Portanto, pedia-lhe para terminar a frase.

O Orador: — O Sr. Presidente sabe que os meus «acabo já» nunca levam três ou seis minutos.

O Sr. Presidente: — Não era específico quando disse isso, quis só esclarecer a Câmara.

O Orador: — Como ia a dizer, nós evitaremos que esse engano perdure, por isso fazemos esta crítica. Para privatizações a sério, Sr. Deputado, contem connosco, na sede própria.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, começo por agradecer a V. Ex.<sup>8</sup> a consideração manifestada ao ficar retido neste Plenário mais uns momentos para ouvir a minha intervenção.

Quero dizer-lhe, e começando por responder, que ela foi toda escrita ontem, e não há um mês. Sóscgue, portanto, o seu espírito.

Reparei que V. Ex.<sup>8</sup> não vai a restaurantes. Posso inferir a contrario sensu que V. Ex.<sup>8</sup> não vai nem aos restaurantes nem às praias. Como os ministros vão e como V. Ex.<sup>8</sup> parece que comentou isso pejorativamente, posso daí deduzir que V. Ex.<sup>8</sup> não vai, mas isso é um pormenor acessório, insignificante.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, quando falei em timidez referi certas pessoas e certas forças porque neste Plenário

não foi ainda uma adjectivação que tenha ouvido ao CDS. Ela foi ouvida fora daqui, a outra pessoa, que parece não ser ainda presidente do CDS. Essa pessoa fala um bocado em nome do CDS, mas ao que parece ainda não pode fazê-lo, porque ainda não é presidente. Portanto, era a isso que me estava a referir. V. Ex.<sup>8</sup> sentiu as dores, até parece que está com capacidades «mediúnicas» de sentir as dores dos outros!

Tive o cuidado de dizer no meu discurso «a denominada questão das privatizações». Fi-lo por uma questão de simplicidade de linguagem, pois, mais à frente, nesse mesmo discurso, referi efectivamente o que se passava. Todos sabemos que isto não são ainda as privatizações. Os senhores sabem-no há muito tempo e o eleitorado português também o sabe.

Em primeiro lugar, porque no nosso programa eleitoral definimos bem que, antes de ser feita a revisão da Constituição, não poderíamos ir mais além. Esse é o nosso primeiro compromisso com o povo português, que ele sufragou.

Mas há um outro compromisso, o compromisso institucional para com esta Câmara, que resulta do Programa do Governo. E o que aqui está, Sr. Deputado Nogueira de Brito, é a mesma coisa. Esta Câmara aprovou o nosso Programa, fê-lo seu, e o que nele se diz também é isso. Vou lê-lo: «A aprovação e entrada em vigor da primeira das leis referidas» — que é esta de que aqui estou a falar — «sem que isso exclua a hipótese de evolução para empresas integral ou majoritariamente privadas, logo que a Constituição o faculte e o interesse geral o exija, permite iniciar de imediato a execução de um programa de entrada de capital de risco privado» — risco privado só arrisca quem quer, ninguém é obrigado, o Governo não vai obrigar ninguém — «nas empresas públicas que estejam em situação de ir ao mercado de capitais.»

Este é o compromisso institucional que o Governo tem e o Governo está a cumprir esse compromisso.

#### *Aplausos do PSD.*

Quando falo na contradição de V. Ex.<sup>8</sup>, refiro-me a que o Governo não fizesse isto, V. Ex.<sup>8</sup> podiam legitimamente vir aqui dizer que o Governo tinha assumido um compromisso perante a Assembleia da República e que, afinal, agora estava à espera que a Constituição fosse alterada para o levar a cabo. Não foi isso o que aconteceu.

Portanto, se há aqui uma contradição, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Nogueira de Brito, é de V. Ex.<sup>8</sup>, e não nossa.

Não concordamos também com uma má interpretação sua no sentido de que o Governo só quer ser julgado daqui a quatro anos. As críticas são salutares, sobretudo aquelas que aqui se exercem. Agora o que peço é que julguem o Governo pela execução do seu Programa, não pela eventual preterição na execução do vosso. Ouve-se aqui todos os dias dizer «o Governo tinha de fazer assim», e este «fazer assim» são as medidas que os senhores defendem. Simplesmente, essas medidas não foram sufragadas pelo povo português, o Governo não está obrigado a cumpri-las.

#### *Aplausos do PSD.*

O Governo, Sr. Deputado Nogueira de Brito, tem que executar o seu Programa. O que pedimos é que critiquem, critiquem muito, mas critiquem bem.

Façam-no aqui constantemente, mas façam-no apenas em relação ao Programa do Governo. Foi referindo-me a essa execução que profeci a minha intervenção e o Governo, quanto às medidas que enunciou ...

O Sr. Presidente: — Termine a frase, Sr. Deputado.

O Orador: — Dizia eu que o Governo está a cumprir num prazo certo. Diria mesmo, até num prazo quase que antecipado em relação àquilo que se comprometeu.

Muito obrigado pela consideração de ter ficado aqui para me ouvir por mais uns segundos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se calaram ainda os ecos do debate que aqui mesmo se travou em torno do Orçamento de Estado para 1988 e já o Governo se prepara, não lhe bastando a falta de transparência e as flagrantes inconstitucionalidades da lei orçamental que fez aprovar, graças ao apoio de uma maioria atenta, veneradora e obrigada, para, com surpreendente à vontade, fazer tábua rasa das regras que ele próprio fixou.

Exagero da nossa parte? Atente-se no compromisso assumido pelo Sr. Primeiro-Ministro com o Presidente do Governo Regional da Madeira, nos termos do qual o Governo se propõe cobrir as contrapartidas regionais necessárias aos financiamentos comunitários; procure-se a cobertura orçamental para uma tal operação: a conclusão impõe-se por si.

E se trago aqui este exemplo é porque, para além da importância do facto em si mesmo, ele é sintomático. Sintomático do modo como o Governo encara a Constituição, sintomático das verdadeiras determinantes da política governamental.

Para o Governo, a Constituição é cada vez mais um álibi a que recorre quando as circunstâncias o aconselham ou um empecilho que transpõe sem hesitações quando os interesses o exigem.

Não cabe aqui retomar o elenco das inconstitucionalidades de que está ferido o Orçamento de Estado.

A este propósito quero apenas, e por agora, reafirmar que o Partido Socialista, promulgada que seja a respectiva lei, solicitará de imediato ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade das normas que não são conformes ao texto fundamental.

É que a Constituição pode certamente ser revista, no estrito quadro das regras que ela própria fixa para essa revisão, não pode ser tripudiada por um qualquer governo. Quando assim fosse, estar-se-ia a consentir no desagregar dos próprios alicerces do Estado de direito.

Mas o exemplo é também sintomático do comportamento do Governo e do PSD numa outra vertente: vem demonstrar uma outra vez ainda que os calendários eleitorais continuam a ser o dado que dita, em última instância, as regras que norteam a política governamental.

Regras simples: ano de eleições legislativas é ano em que se alargam os cordões à bolsa (1987 afi ficou a demonstrá-lo); ano de eleições regionais há-de ser ano de vacas gordas para as regiões autónomas; o ano das autarquias chegará quando soar a hora das eleições autárquicas.

Podem por isso pacientar os autarcas — pelo menos, certamente pelo menos, os autarcas do PSD — o ano de 1989 será, ao contrário do de 1988, um ano de boa colheita para eles.

Neste quadro e com estas regras é natural que menos risonhas sejam as perspectivas para o cidadão comum e em particular para os trabalhadores portugueses: é que no horizonte neste momento previsível as eleições legislativas não se desenham antes de 1991. Até lá ficarão os 6 % para

os trabalhadores da função pública; ficará o aumento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho; fica, para já, a ameaça de um pacote laboral que os atinge nos seus mais fundamentais direitos.

Na verdade, que dizer a propósito de um pacote legislativo em que, e cito por memória e ao acaso, se inscreve a não obrigatoriedade de reintegração do trabalhador despedido ainda quando nesse sentido haja decisão judicial favorável; se admite o despedimento por mero processo oral nas empresas com menos de vinte trabalhadores e que, todos sabemos, representam uma parcela considerável das empresas portuguesas; se ignoram quaisquer mecanismos de verificação das causas de despedimento ditas objectivas; se considera como causa legítima de despedimento a simples desconfiança do empregador; se sujeita todos os jovens com menos de 25 anos, numa espantosa discriminação, ao regime dos contratos a prazo, qualquer que seja a razão da sua admissão; se exclui a possibilidade de os contratos colectivos definirem regimes mais favoráveis para o trabalhador que os consagrados na lei geral.

Podia continuar, mas não vale a pena continuar quando é o próprio Ministro do Emprego e da Segurança Social quem declarou esta manhã em entrevista ao *Diário de Notícias* que o tempo do emprego estável acabou no nosso país.

Podia continuar, mas não o faço, porque o que ficou dito justifica por de mais que o Partido Socialista reafirme aqui, de forma inequívoca, que se oponerá nesta Assembleia, até ao limite das suas possibilidades, à proposta de legislação laboral que o Governo tornou pública e, mais, que o Partido Socialista não renunciará a nenhuma das iniciativas e a nenhuma das acções que, no legítimo exercício dos direitos que a legalidade democrática lhe concede, estejam ao seu alcance para impedir a consumação das propostas governamentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista declarou-se, desde o início desta Legislatura, disposto ao diálogo e à busca de entendimentos quando a importância ou a natureza das questões os tornasse particularmente necessários, sem prejuízo de ser oposição frontal, firme e irreduzível ao actual governo.

Declaração tornada inútil, propósito frustrado pela arrogância do PSD. O PSD e o Governo só parecem reconhecer a utilidade do diálogo quando enredados em situações conjunturais e em que gostariam de ver comprometidos os outros.

O modo como o PSD, para citar apenas dois exemplos, encara o processo de revisão do Regimento e da Lei Orgânica da Assembleia, à margem de qualquer tentativa autêntica de consenso e pretendendo apenas opor à força dos argumentos o argumento da força dos seus votos, é revelador do seu comportamento.

Como reveladora deste comportamento é a iniciativa de forçar o preenchimento dos lugares em aberto no Tribunal Constitucional à revelia do consenso que a natureza dos cargos em jogo e a necessidade de despartidarizar essa escolha exigiam.

Trata-se uma vez ainda de, recusando o diálogo com a oposição e com o Partido Socialista, tentar responsabilizá-lo por um eventual impasse nas eleições para o Tribunal Constitucional, acusando-os de se encerrarem numa posição partidária. Que fique claro que o Partido Socialista não aceita esta pressão — a que não gostaria de chamar chantagem política — e que não dará o seu voto a nenhum candidato proposto unilateralmente pelo PSD e que o PSD assume a responsabilidade, se persistir na prova de força, de inviabilizar a eleição dos juízes para o Tribunal Constitucional.

Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O ano que se inicia deveria ficar assinalado como o ano da segunda revisão da Constituição de 1976. E quando digo «deveria» não o faço por lapso. É que o comportamento do PSD e do Governo legitima a dúvida quanto ao seu empenhamento e interesse na revisão constitucional.

O Governo precisa desesperadamente de álibis e tanto mais quanto o tempo for deixando a nu o verdadeiro significado da sua política. Precisa desesperadamente de álibis e, quando não os tem, inventa-os.

Recordem-se as declarações do Primeiro-Ministro a propósito dos *lobbies* que na Assembleia da República e na própria Presidência da República procuram travar a «marcha triunfal» do Governo.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID):** — Que vergonha!

**O Orador:** — Pouco importa que o Sr. Primeiro-Ministro, instado a ser mais claro em matéria de *lobbies*, se tenha andoticamente quedado pela Intersindical. É que se pode fazer do comportamento desta central o juízo que se quiser, apelidá-lo de *lobby* só lembraria... ao Sr. Primeiro-Ministro.

Mas a verdade é que para ele o importante parece ser fazer chegar ao público a mensagem, inculcar nele a ideia de que as «forças do mal» não desarmam e tecimam — agora na sombra — em fazer tropeçar o Governo a cada passo.

A Assembleia da República foi, no passado recente, o álibi a que o Governo e o PSD recorreram sem pudor, mas que a maioria absoluta inutilizou. Aparecem agora, à falta de melhor, os *lobbies* que segundo o Sr. Primeiro-Ministro nela actuariam e que têm a vantagem de, agindo na sombra, dispensarem o Governo de ser claro.

Por tudo isto se comprehende o pouco interesse do Governo na revisão constitucional: a Constituição tem sido para ele um bom álibi, uma Constituição revista de forma aberta e consensual deixará de o ser.

Ainda há pouco o Governo, ao trazer aqui uma proposta de lei de alienação de parte do capital das empresas públicas, veio uma vez mais revelar o seu pouco ou nenhum interesse na revisão constitucional e a forma mais ou menos hábil como manipula o texto fundamental para dele se servir como desculpa.

É que a proposta de lei do Governo vai, por um lado, além do que a Constituição lhe permite e, por outro, aquém do que o PSD prometera na campanha eleitoral. E se é verdade que ficar aquém das promessas é um problema do PSD e dos que, interessados nessas promessas, nelas acreditaram, já o modo como as normas constitucionais são tratadas é um problema de todos.

Mas perguntar-se-á por que não esperou o PSD pelo conhecimento dos limites de uma eventual revisão para procurar cumprir o que prometera. A razão salta aos olhos: a Constituição não lhe permite ir mais longe, as normas que, não obstante, a serem serão declaradas inconstitucionais: está reconstruído o álibi, encontrada a desculpa para a manutenção de um sector público entendido como um feudo, útil à satisfação das clientelas do partido no poder.

O Partido Socialista quer reafirmar, uma vez mais, o seu propósito de colaborar de forma aberta e empenhada na busca dos consensos que tornam possível a revisão da Constituição.

Outro tanto gostaríamos de ver da parte do PSD, mas há uma coisa que neste momento se tornou clara e certa: é que, se não houver revisão constitucional, a responsabilidade será exclusivamente do PSD.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Marques.

**O Sr. Joaquim Marques (PSD):** — Sr. Deputado Lopes Cardoso, na declaração política que produziu está sobretudo patente um certo tom em que V. Ex.<sup>a</sup> se manifesta como um especialista em ideias gerais. Mas ainda assim, se formos analisar concreta e parcelarmente as ideias que procurou transmitir a esta Câmara, verificamos que se baseiam em *slogans*, porventura de algumas manifestações, de alguns panfletos que criticam a actuação do Governo relativamente à legislação laboral ou em quaisquer outras leituras de algumas publicações eventualmente de reduzida circulação, que têm tentado incutir nas pessoas a ideia de que o Governo se prepara para criar legislação que vai permitir que, por exemplo, os trabalhadores sejam despedidos oralmente.

Sr. Deputado Lopes Cardoso, no anteprojecto da legislação laboral que o Governo apresentou ao Conselho Permanente de Concertação Social nada está dito — e como é óbvio nem nós, sociais-democratas, aceitaríamos, no sentido de que um trabalhador possa ser despedido oralmente. Isso não passa pela cabeça de ninguém!

*Aplausos do PSD.*

Nesta Câmara protesta-se também, muitas vezes, contra a proliferação dos contratos a prazo. Também temos dito claramente que somos contra a utilização abusiva dos contratos a prazo. No entanto, a esse respeito, recordo ao Sr. Deputado que a legislação que está em vigor é do I Governo Constitucional, que era da área do Partido Socialista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Raúl Rêgo (PS):** — A altura é que era outra!

**O Orador:** — Pois era, Sr. Deputado Raúl Rêgo! Foi há doze anos!

Sr. Deputado Lopes Cardoso, quando tivermos conhecimentos que possam permitir o esclarecimento de outros colegas deputados, ainda que de outras bancadas, é dever de cada um de nós torná-los públicos. Assim, devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que o método que o Governo seguiu para discutir estes anteprojetos de legislação laboral foi aprovado por unanimidade, por parte dos parceiros sociais e do Governo, no Conselho Permanente da Concertação Social. Isto significa, portanto, que desde o governo anterior — que finalmente conseguiu, no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social, obter acordos que foram claramente positivos para os trabalhadores — se mantém essa postura e se continua a fomentar esse diálogo social no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social.

Sr. Deputado Lopes Cardoso, gostaria de lhe fazer um desafio no sentido de dizer em que disposição concreta do anteprojecto do Governo está prevista a hipótese de um trabalhador ser despedido oralmente. Era apenas esta a resposta que gostaria de obter, até para não gastar muito tempo à sua bancada.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Lopes Cardoso, há mais oradores inscritos para formular pedidos de esclarecimento. V. Ex.<sup>a</sup> descia responder já ou no fim?

**O Sr. Lopes Cardoso (PS):** — Sr. Presidente, julgo que pouparei mais o tempo e responderei mais satisfatoriamente

se responder de imediato, até porque a resposta vais ser muito simples, já que vou passar sobre as divagações introdutórias do Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Deputado Joaquim Marques, o n.º 1 do artigo 17.º do projecto do decreto-lei em questão refere o seguinte: «Nas empresas com um número de trabalhadores não superior a vinte o processo disciplinar pode ser oral, sendo dispensadas as formalidades previstas nos n.os 2 e 10 do artigo 12.º» Estamos entendidos.

*Aplausos do PS.*

Quanto à questão dos *slogans*, posso responder com um *slogan* de um ministro do governo que o senhor apoia. Não é o Partido Socialista que diz que a política do Governo vai conduzir à instabilidade no emprego, é o Ministro do Emprego e da Segurança Social que declara claramente, hoje de manhã, ao *Diário de Notícias*: «Acabou a época da estabilidade no emprego.» Portanto, quanto a *slogans*, estamos entendidos.

Sr. Deputado, devo ainda dizer-lhe que não critiquei o método que tenha sido acordado para a discussão do diploma. Não estivemos aqui para discutir o método de debate do diploma, mas sim a proposta concreta do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra ao abrigo do direito de defesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado. Porém, gostaria de recordar que, segundo o que tem sido acordado na conferência de líderes parlamentares, o uso da figura regimental do direito de defesa deve ser utilizado apenas nos casos devidamente justificados.

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, V. Ex.<sup>º</sup> Ieu apenas metade das coisas; pelos vistos, para o Sr. Deputado apenas há metade do anteprojecto. O Sr. Deputado referiu que o Governo estava a preparar a legislação que lhe ia permitir o despedimento oral. Ora, isso não é verdade, pois o despedimento terá de ser feito sempre de forma escrita.

Não tenho aqui presente o anteprojecto, mas se o Sr. Deputado tiver a fineza de o ler na totalidade, irá verificar que não é correcto afirmar que nele está substancialmente qualquer solução que se traduza num mero despedimento oral.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Visto o Sr. Presidente ter admitido o recurso ao uso do direito de defesa, esta minha resposta não conta no tempo. Assim, agradeço ao Sr. Deputado Joaquim Marques o facto de ter recorrido a essa figura regimental que me permite responder a essa questão.

O Sr. Deputado disse tratar-se de um processo disciplinar. Mas a que é que conduz esse processo disciplinar? O n.º 2 do anteprojecto refere que «o despedimento será precedido da audição do trabalhador».

É verdade que a decisão do despedimento será comunicada por escrito. Porém, todo o processo que conduz ao despedimento, nesse caso, não tem instrução escrita. E vou passar a citar o seguinte: «Nas empresas com um número de trabalhadores não superior a vinte, o processo disciplinar pode ser oral, sendo dispensadas as formalidades previstas nos n.º 2 e 10 do artigo 12.º [...]»

Vozes do PSD: — É mentira!

O Orador: — É mentira? Está aqui escrito, Srs. Deputados.

No ponto seguinte refere-se que «o despedimento será, contudo, precedido da audição do trabalhador».

Ora, isto quer dizer que este processo disciplinar pode conduzir ao despedimento. Na verdade, toda a instrução do processo de despedimento é oral, mas a decisão, a sentença, digamos assim, é comunicada por escrito.

Se o Sr. Deputado entende que isto não é um processo oral de despedimento, então devo dizer que não sei o que é um processo oral de despedimento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, a declaração política que produziu é interessante. A maioria aceita com grande abertura e até com grande desejo todas as críticas da oposição, como forma de enriquecer e até de corrigir eventuais decisões governamentais. Sr. Deputado, é nessa perspectiva que vou solicitar alguns esclarecimentos, certo de que o PS está a cumprir o seu papel de oposição, que é o de corrigir, apontar, melhorar e enriquecer a acção governamental, tendo na mira que aquilo que se tem que cumprir é o Programa do Governo que foi aqui viabilizado e não o programa de governo das oposições.

Mas o Sr. Deputado Lopes Cardoso cometeu um erro fundamental que não deve ser permitido a nenhum deputado e muito menos a um deputado da sua categoria. É que V. Ex.<sup>º</sup> confunde o *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias* com o *Diário da República* e os factos com conjecturas e boatos. Isto não pode ser praticado por um deputado sob pena de entrarmos no reino da fantasia.

Quando V. Ex.<sup>º</sup> fala em compromissos do Governo perante os governos das regiões autónomas para assegurar as contrapartidas das contribuições estruturais das comunidades, o Sr. Deputado está a entrar no campo das conjecturas, de tal maneira que acrescentou: «Quando aparecer a Ici, cá estaremos para nos opor.» Então, quando aparecer a Ici, será o momento de o Sr. Deputado dizer qualquer coisa sobre este assunto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o Sr. Deputado inicia processos de intenção — que realmente não esperava ouvir da sua parte — quando diz que o Governo só pratica política de «vacas gordas» nos tempos eleitorais. Sr. Deputado, as vacas nunca são gordas! Porém, agora as vacas têm existido, o que não aconteceu no tempo do governo do PS, em que só existiam bezerros. Contudo, creio que o Sr. Deputado, como deputado do PS, não tem muita autoridade para em termos políticos, falar em pecuária. E

digo isto porque os períodos de governação do PS foram de austeridade e, ao falar em vacas, cheira um pouco a despeito.

Para terminar, gostaria de me referir ao problema do Tribunal Constitucional. O PSD tem estado aberto ao diálogo com o PS acerca da eleição dos juízes que deverão integrar as duas vagas existentes no Tribunal Constitucional. Porém, devo dizer que não aceitamos a posição do PS, que é a de partidarizar a designação dos juízes do Tribunal Constitucional. O Tribunal Constitucional é integrado por juízes designados pela Assembleia da República e nunca estaremos de acordo em o partidarizar e preencher os seus lugares por juízes indicados por partidos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Só do PSD!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Deputado Correia Afonso, em primeiro lugar, quero agradecer as referências que me dirigiu.

O Sr. Deputado nunca me ouvirá criticar o PSD por não cumprir o Programa do Governo. Essa crítica será feita por aqueles que votaram no PSD! Como não estou de acordo com o Programa do Governo, a minha preocupação não é a de saber se o Governo cumpre ou não o seu Programa! A minha preocupação é maior: é que cumpra esse Programa e criticá-lo-ei porque estou em frontal desacordo com ele. Portanto, da minha parte o Sr. Deputado não ouvirá nenhuma preocupação no cumprimento ou não do Programa do Governo, pois essa é uma preocupação dos eleitores do PSD.

Sr. Deputado, quanto à questão dos jornais, referi a entrevista dada pelo Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social, em que ele declara que a época da estabilidade acabou — penso que não é legítimo pôr em causa estas declarações. Aguardaremos! Se o Sr. Ministro vier desmentir o conteúdo desta entrevista, serei o primeiro a aplaudir.

Quanto à questão da existência desse acordo entre o governo regional e o governo central, trata-se de uma matéria tão relevante que, a não ser verdade, admira-se que, passado este tempo — que já vai longo — o Governo não tenha esclarecido algo que é de uma gravíssima importância numa informação errada de sonhos.

Mas aqui o Sr. Deputado faz uma tremenda confusão: é que, quando eu disse que o PS, promulgada a lei, requereria a declaração de constitucionalidade de certas normas, já não estava de todo em todo a referir-me a este problema, que se calhar nem é enquadrado numa lei, mas sim ao Orçamento do Estado, que não tem nada a ver com esta questão. Portanto, houve aí uma notável confusão.

Sr. Deputado Correia Afonso, deixando de lado as digressões pecuárias, direi que, em relação ao Tribunal Constitucional, quem pretende impor juízes de escolha partidária é o PSD, quando força uma eleição e se propõe apresentar candidatos que são da sua exclusiva escolha. Isto não envolve nenhuma suspeita em relação aos candidatos em si, mas a verdade é que é o PSD quem, até porventura à revelia desses candidatos, os partidariza.

Na realidade, não dissemos que não estamos dispostos a dar o nosso voto a um candidato sugerido pelo PSD, pelo CDS ou pelo PCP, seja por quem for, porque o queremos despartidarizar. Acontece é que nunca daremos o nosso voto

a um candidato proposto unilateralmente por um único partido. É, pois, isso que o PSD pretende fazer; é o PSD quem pretende partidarizar a eleição dos juízes para o Tribunal Constitucional.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Lara.

O Sr. Sousa Lara (PSD): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, ouvi com muita atenção a sua exposição e aproveito esta oportunidade para, em primeiro lugar, fazer uma rectificação à sua intervenção. Não é o Governo que faz a revisão constitucional, mas sim os deputados desta Câmara. Esta maioria apresentou um projecto de revisão que ganha novo ânimo com a intervenção de V. Ex.<sup>8</sup>, tão dedicada ela foi a esse propósito.

Em segundo lugar, devo dizer-lhe que, se há dúvidas quanto a entraves à revisão constitucional, a história mostra que essas dúvidas impedem sobre o Partido Socialista. Se a revisão de 1982 não foi mais longe, isso não se deve à maioria de então, mas sim ao Partido Socialista. Portanto, esperemos que novos ventos tenham soprado na sua bancada, pois, na nossa continua os mesmos.

Finalmente, e em terceiro lugar, queria perguntar-lhe, e este é o meu pedido de esclarecimento, se a sua insistência final nessa preocupação relativamente à revisão constitucional significa a grande vontade de modificar o fundamental da Constituição, no que se refere à parte económica, que, no fundo, tem constituído um bloqueio e um adiamento para o nosso país. Ou seja, pergunto-lhe se há ou não abertura decisiva e determinada para inverter o rumo da história, neste campo particular.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Deputado Sousa Lara, devo dizer-lhe que é com muito gosto que estamos a reentabular diálogos antigos que vêm dos tempos em que o Sr. Deputado se sentava nestas bancadas como deputado do PPM, na coligação da AD.

Sr. Deputado, se ler com atenção — e é um trabalho que se calhar não tenho o direito de lhe exigir — a minha intervenção, verá que distingo, claramente, que a revisão constitucional é matéria de competência desta Assembleia. Mas, também devo dizer-lhe que esta é uma distinção formal, no quadro em que vivemos, porque também seria aos deputados do PSD que teria cabido aprovar o Orçamento do Estado, para lhe citar só um exemplo.

Vimos quem é que fez aprovar e quem é que ditou os votos no Orçamento do Estado. Há aqui um Governo e há uns porta-vozes do Governo, pois o Grupo Parlamentar do PSD é o porta-voz do Governo, não é o Governo que é porta-voz do Grupo Parlamentar do PSD, o que seria a lógica normal num regime como o nosso.

O Sr. Deputado falou dos entraves à revisão constitucional. Quando o Partido Socialista diz que está aberto ao diálogo e ao consenso, é bom que fique desde já claro que não está aberto a aprovar a revisão constitucional proposta pelo PSD, como também não exigimos que o PSD aprove a nossa proposta.

É essa a conceção que o PSD tem do diálogo e do consenso? Julgo que sim, e esta é mais uma prova de que o PSD não está interessado nem nesse diálogo nem nesse consenso, nem sequer está interessado em chegar a qualquer entendimento em matéria de revisão constitucional.

Quanto à abertura focada pelo Sr. Deputado, penso que esta não é a altura nem o momento para discutirmos a revisão constitucional. Em relação a esta questão, remeto o Sr. Deputado para o projecto de revisão constitucional do PS, que é a nossa base de partida para uma discussão que visa chegar a um ponto consensual. Mas deixe-me dizer-lhe que, mais uma vez, o Sr. Deputado, ao referir esses problemas de bloqueamento no domínio económico da revisão constitucional, deu-me razão quando digo que a Constituição é muito cara a este governo, na medida em que o melhor álibi que ainda lhe resta, e que, por vezes, conduz a situações extremamente confusas, é que mesmo com todos estes bloqueamentos o governo todos os dias explica — com os aplausos da bancada que o apoia — que este foi ou vai ser o triénio de ouro e os anos de ouro para a economia portuguesa.

O Sr. Deputado dir-me-ia, se calhar, que, se não houvesse este bloqueio, seria o «ano de diamantes». Essa capacidade de sonho e de imaginação é algo que não quero contestar a ninguém e, não o fazendo, também não o faço ao Sr. Deputado nem ao PSD.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para um declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia da República retoma os seus trabalhos em 1988 numa atmosfera política consideravelmente diferente da que prevaleceu no período que se seguiu às eleições legislativas antecipadas e durante quase toda a segunda metade de 1987.

Desilusão, decepção, desapontamento, são algumas das expressões que se ouvem a muitos que se deixaram tentar pela propaganda e as promessas eleitoralistas do PSD e do Primeiro-Ministro e que se vêem agora confrontados com a verdade nua e crua da acção de Cavaco Silva a governar em maioria.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao mesmo tempo os que nunca se deixaram iludir pela propaganda cavaquista têm hoje redobradas razões para revigorarem a atitude oposicionista e intensificarem a luta contra a política governamental.

É significativo que parte de quadrantes que apoiam o Governo o reconhecimento de que acabou o «estado de graça», que estão na moda as «críticas ao líder que ontent tanto endossaram» e que já se sente a necessidade de alegar que a parte do Primeiro-Ministro não está ainda à venda.

É sintomático também que o Primeiro-Ministro, ao ver-se cercado por esta cerrada atmosfera de críticas, censuras, contestação, resistência e oposição acrescida, queira imitar perante o País o milagre das rosas da Rainha Santa, exclamando angelicamente: «São pressões, senhores!» E, passando ao ataque, queira inculcar a ideia de que as tais «pressões» visam proteger «interesses pessoais e particulares», mais ou menos inconfessáveis.

Pela nossa parte, temos o maior interesse em conhecer (e julgamos ser nisso acompanhados por toda a Assembleia) a natureza e a origem das pressões que, segundo o Primeiro-Ministro, se fazem sentir «nas mais diversas instâncias da órbita governativa, no Parlamento e na própria Presidência da República». É que, ao contrário do que o Primeiro-Ministro explicou, ninguém acredita que quisesse referir-se à Intersindical ou aos trabalhadores da reforma

agrária (de quem costuma falar de forma menos metafórica) ou mesmo aos jogadores de futebol, que, segundo disse, não querem pagar impostos.

O País não conhece, pois, as pressões que o Sr. Primeiro-Ministro conhece mas não quer identificar.

O que o País conhece são legítimas acções de resistência e de luta em torno de justíssimos interesses, como está a acontecer de modo particularmente saliente com os trabalhadores da INDEP, a quem o Governo enviou, em vez do pagamento dos salários em atraso e do subsídio de Natal, uma carga brutal da Polícia de Intervenção.

*Aplausos do PCP.*

O que ninguém entende é que o Governo reconheça, como devia, que os trabalhadores da INDEP tenham o estatuto equivalente à função pública, mas não tome as urgentíssimas medidas que se impõe para assegurar o pagamento dos salários e dos subsídios em atraso e que em vez disso dê cobertura à política de *lock-out* praticada pela administração (e que é inconstitucional e ilegal) e permita que o Ministro do Emprego e da Segurança Social afirme chocantemente que os salários só serão pagos quando o Governo achar oportuno.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador:** — Então o Governo não está obrigado como qualquer entidade pública ou privada a pagar os salários a tempo e horas?

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador:** — Como os trabalhadores da INDEP, estão em luta nesta altura, no uso de inquestionáveis direitos legais e constitucionais e por objectivos incontestavelmente justos, trabalhadores da CARRIS, da CEL-CAT, da COVINA, da AUTOSIL, dos Mármores do Condado, da Jaime da Costa, da Fábrica de Louças de Sacavém, da COMETNA e da SIPE, carregadores do porto de Setúbal, trabalhadores judiciais, dos casinos, da hotelaria e da função pública e estudantes de várias escolas, com destaque para os das faculdades de letras.

Não são pressões, e bom seria que o Governo fosse capaz de entender as queixas, as reivindicações e as aspirações que estão no centro e se desprendem destas lutas.

Também não são pressões o generalizado movimento de repúdio pelo pacote laboral e, em especial, pelo escandaloso e provocatório projecto de proposta de lei dos despedimentos. Talvez o governo Cavaco Silva julgassem que podia ludibriar facilmente os trabalhadores e os sindicatos, ou que os venceria pela força e a intimidação. Aí tem a resposta neste portentoso movimento de oposição ao seu pacote laboral, onde as bandeiras partidárias e ideológicas se abateram para dar lugar ao denominador comum que é a defesa dos direitos históricos conquistados pelos trabalhadores portugueses.

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

Se o Governo fosse sensível no sentir popular, só tinha nesta matéria uma única atitude correcta — retirar pura e simplesmente o seu provocatório pacote laboral.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador:** — É que o conceito de estabilidade do emprego não é um conceito ultrapassado, ao contrário do que o ministro Peneda diz hoje ao *Diário de Notícias*. É um conceito vital para os trabalhadores. A prova está à vista!

*Aplausos do PCP.*

Não são pressões, mas a justa defesa do respeito pela Constituição, pela lei e o interesse nacional, a luta contra as também escandalosas e provocatórias propostas de lei de privatizações, bem como a denúncia das actuações práticas do Governo, à margem da lei nesta matéria. Hoje mesmo, no debate que se realizará no período da ordem do dia, por iniciativa do PCP, sobre o sector empresarial do Estado, provaremos os falsos pressupostos em que assenta a campanha governamental contra as nacionalizações, os negócios contra o interesse nacional que à sombra delas se preparam e os perigos que resultarão para o regime democrático da liquidação ou do afrouxamento da submissão do poder económico ao poder político.

Importa esclarecer, de maneira clara, que não foram pressões a intervenção das oposições no debate sobre o Orçamento do Estado, que se caracterizou, fundamentalmente, pelo sentido construtivo e por alto espírito de responsabilidade no exercício dos direitos constitucionais e regimentais que lhe estão garantidos. Pela sua parte, o Grupo Parlamentar do PCP fez tudo o que lhe foi possível para atenuar os aspectos mais gravosos do Orçamento e para que fosse corrigida a manifesta inconstitucionalidade de que padecem várias normas nele contidas.

O partido do Governo, ao mesmo tempo que cilindrou com a recusa as nossas propostas, que iam ao encontro das justas reivindicações das autarquias, dos trabalhadores (em especial da função pública) e outras que visavam reforçar os meios da acção social escolar, da habitação social e dos serviços de saúde, também foi insensível às nossas chamadas de atenção sobre as inconstitucionalidades. Por isso mesmo, prosseguindo a acção que aqui desenvolvemos, ante a cega recusa do Governo e do partido que o apoia, o Grupo Parlamentar do PCP vai dirigir-se ao Tribunal Constitucional requerendo a declaração de inconstitucionalidade de alguns expedientes contidos em normas do Orçamento do Estado para 1988, designadamente a chamada dotação concorrencial, o financiamento das despesas orçamentais com operações de tesouraria e as autorizações legislativas em branco, especialmente no tocante aos direitos dos trabalhadores da função pública.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador:** — Há que dizer, com toda a energia, que também não são pressões, mas legítima contestação, os protestos contra a global subida dos preços e a afixação de tectos salariais, contra a política governamental nas áreas da saúde, do ensino, da regionalização, da bolsa, da justiça e da segurança dos cidadãos. Os novos assaltos verificados esta madrugada contra taxistas de Lisboa chamam vivamente a atenção para a incúria que o Governo tem deixado persistir nesta matéria.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os acontecimentos comprovam a justezza da tese do PCP segundo a qual o apoio eleitoral de que o Governo disfrutou nas últimas eleições legislativas não tem correspondência no apoio social e político à nefasta política governamental.

**O Sr. Correia Afonso (PSD):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Pelo contrário, a vida põe em evidência com muita força a notória fragilidade desta política do Governo.

A rápida evolução a que assistimos na atmosfera política do País tem motivações múltiplas, que é impossível equacionar nesta curta intervenção. Mas a mais saliente de todas é a incapacidade do Governo e da sua maioria para darem solução aos problemas nacionais. Nesta situação abrem-se, naturalmente, às forças democráticas condições promissoras de acção.

A sua primeira responsabilidade é a de, não cedendo às pressões divisionistas do Governo, contribuírem para que sejam derrotados os planos governamentais atentatórios dos interesses nacionais, populares e do regime democrático e cooperarem na construção de uma alternativa que assegure, no momento próprio, uma mudança de maioria que dê base a uma nova política nacional.

*Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Marques.

**O Sr. Joaquim Marques (PSD):** — Sr. Deputado Carlos Brito, antes de lhe formular o meu pedido de esclarecimento, tenho de fazer uma reflexão em voz alta para que todos os Srs. Deputados a possam ouvir.

A intervenção, em termos de declaração política, proferida hoje, 14 de Janeiro de 1988, pelo Sr. Deputado poderia ter sido feita exactamente com o mesmo texto em Janeiro de 1987, em 14 de Janeiro de 1984 e, porventura, poderia ter exactamente o mesmo texto, ainda, em 14 de Janciro de 1986.

*Aplausos do PSD.*

Queria referir-me, mais uma vez, à tão falada revisão do pacote laboral. Como é sabido, não só este governo, como governos anteriores têm entendido, por pressão dos próprios Portugueses, que é indispensável modernizar a legislação laboral portuguesa de forma a que haja mais emprego, mais estabilidade e menos contratos a prazo.

Isto já foi proposto no tempo do governo do bloco central, no entanto, não foi levado à prática por razões que todos conhecemos. Não foi feita no anterior governo, porque esta Assembleia tinha uma composição que não permitiu que tal acontecesse.

Na campanha eleitoral que se desenrolou em Junho do ano passado, todos os partidos, talvez com exceção do PCP, começando no PSD, passando pelo PS, pelo PRD e pelo CDS, disseram que era indispensável rever e modernizar a legislação laboral. É isso que o Governo está a fazer, no cumprimento das suas promessas eleitorais, é isso que está a fazer no respeito pelo diálogo com os parceiros sociais, e é isso que, naturalmente, irá fazer para, de facto, cumprir aquilo que prometeu aos Portugueses, nomeadamente aquilo que foi aqui claramente dito aquando da discussão do Programa do Governo.

Pergunto se não é legítimo o Governo apresentar aos parceiros sociais anteprojetos de legislação laboral, no sentido de se conseguir estes objectivos, que têm a ver com maior criação de emprego, com maior riqueza, com maior justiça social.

**O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP):** — Isso é falso!

**O Orador:** — É este o objectivo do Governo. Sendo assim, e se o Governo tem demonstrado esta vontade de diálogo com os parceiros sociais, não só nesta Câmara mas, fundamentalmente, no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social, gostaria de perguntar ao

Sr. Deputado Carlos Brito se aquela «envergonhada» entrada da CGTP-IN para o Conselho Permanente da Concertação Social não teve nada a ver com os bons resultados que afi foram alcançados e com o diálogo afi desenvolvido entre os parceiros sociais e o Governo.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Joaquim Marques, queria começar por lhe dizer que a sua reflexão inicial, como reflexão, é fraca! Mas não admira, pois o Sr. Deputado está hoje de serviço, pelo que temos vindo a assistir.

*Protestos do PSD.*

E quando se está de serviço, as coisas nem sempre correm de feição ...

Repare que esta intervenção não poderia ter sido feita em 1987, ou em 1986, porque nessa altura não me recordo de nenhum comentador ter dito que «a pele do Sr. Primeiro-Ministro não estava ainda à venda»; isso foi dito, agora, neste mês de Janeiro. Também não me recordo de, nessa altura, o Sr. Primeiro-Ministro ter querido imitar o milagre das rosas e atribuir as críticas e a oposição, que se generalizaram no País, a meras pressões. Aliás, dá-me a impressão que o PSD está com o trauma das pressões, uma vez que o Sr. Deputado, ao interrogar-me sobre o pacote laboral, fala das pressões dos Portugueses para a alteração da legislação laboral em vigor. Pergunto-lhe: que portugueses?

O Sr. Correia Afonso (PSD): — 51 %, Sr. Deputado!

O Orador: — Que portugueses, Sr. Deputado? Geralmente, as pressões vêm de determinadas origens. Esses portugueses não são, certamente, os trabalhadores, nem sequer os trabalhadores sociais-democratas, nem sequer os TSD, a avaliar pelas posições que têm assumido colectivamente nesta matéria e posições que muitos deles têm assumido, individualmente, não só nos sindicatos mas também em autarquias, tomando a iniciativa de apresentar moções contra o pacote laboral.

Estranho que o Sr. Deputado Joaquim Marques, que é uma pessoa ligada a estas questões da legislação laboral, nem sequer aqui faça reflectir os pontos de vista, os sentimentos e as aspirações dos seus companheiros de partido que mais vivamente sentem os problemas da legislação laboral. Certamente que eles terão isto em conta! Isto é que é o essencial. Ouço pressões neste sentido, mas vêm de outras bandas, da banda da CIP, da CAP e, de uma mancira geral, das confederações patronais; daí, sim, têm vindo essas pressões.

Creio que o que é notável, neste momento, no nosso país é a grande unificação de todos os trabalhadores das mais variadas tendências, e que votaram certamente nos mais variados partidos, na defesa dos direitos históricos que conquistaram na legislação do trabalho. Penso que isso é que é um facto extremamente importante e o senhor, que é um especialista nesta matéria, deveria reflectir sobre esta situação.

Quanto à pergunta que me faz sobre a CGTP-IN, não lhe dou nenhuma resposta nesta matéria. Não falo em nome da CGTP-IN, ...

O Sr. Joaquim Fernandes (PSD): — Mas fala em nome dos trabalhadores sociais-democratas!...

O Orador: — ... muito embora admire a sua acção e apoie no essencial as suas iniciativas e o seu trabalho. No entanto, repito, não falo em nome da CGTP.

Relativamente ao Conselho Permanente da Concertação Social, o Sr. Deputado — que falava do passado, ou seja, de quando exercia funções que tinham a ver com o funcionamento deste Conselho — estava certamente a ligar o bom funcionamento do Conselho com as suas próprias funções. Ora, Sr. Deputado, elogio com boca própria é improprio, como diz o nosso povo.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminou o tempo disponível para as declarações políticas e, consequentemente, vamos entrar no período da ordem do dia.

O Sr. Secretário vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados.

O Sr. Secretário (Cláudio Percheiro):

### Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 14 de Janeiro de 1988, pelas 16 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes (círculo eleitoral de Lisboa), por Armando Manuel Pedroso Militão. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), com efeitos a partir de 12 de Janeiro corrente a 15 de Março próximo futuro, inclusive;

Solicitada pelo Partido Socialista:

Álvaro Jaime Neves da Silva (círculo eleitoral de Lisboa), por Francisco Igrelas Caciro. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), com efeitos a partir de 12 de Janeiro corrente a 30 de Setembro próximo futuro, inclusive.

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Presidente: *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD) — O Secretário, *João Domingos F. Salgado* (PSD) — *José Coelho dos Reis* (PSD) — *Fernando Sequeira Roriz* (PSD) — *Domingos Silva e Sousa* (PSD) — *Fernando Monteiro do Amaral* (PSD) — *Reinaldo Alberto Ramos Gomes* (PSD) — *Rui Gomes da Silva* (PSD) — *Valdemar Cardoso Alves* (PSD) — *Carlos Cardoso Lage* (PS) — *João Barroso Soares* (PS) — *José Manuel Maia N. Almeida* (PCP) — *Vasco da Gama Lopes Fernandes* (PRD) — *José Luís Nogueira de Brito* (CDS) — *Herculano Silva P. M. Sequeira* (PV) — *João C. Correlegedor da Fonseca* (ID).

O Sr. Presidente: — Está em discussão, Srs. Deputados.

*Pausa.*

Visto não haver inscrições, vamos votar.

*Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, estão ainda inscritos para intervenções sobre diversas questões de relevante interesse político os seguintes Srs. Deputados: Manuela Aguiar, Miranda Calha, Mateus de Brito, Armando Fernandes, Herculano Pombo e José Apolinário. No entanto, como já esgotámos o tempo do período de antes da ordem do dia, estas inscrições são transferidas para próximas reuniões.

Vamos, então, iniciar a discussão do projecto de deliberação n.º 4/V, da iniciativa do PCP, relativo à constituição de uma Comissão Eventual para Análise da Situação do Sector Empresarial do Estado (em especial das empresas públicas de capitais públicos), bem como as respectivas causas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao propor a criação de uma Comissão Eventual para Análise da Situação do Sector Empresarial do Estado, que hoje se discute, o PCP visa possibilitar que o povo português seja clara e cabalmente esclarecido de todos os aspectos relacionados com o sector empresarial do Estado. É um dever institucional da Assembleia da República garantir o completo rigor na análise da situação das empresas públicas nacionalizadas e na caracterização das respectivas causas e responsabilidades.

Opomo-nos claramente ao inconstitucional projecto de desnacionalizações anunciado pelo Governo e consideramos que o País tem direito a que os debates políticos e legislativos em torno da questão sulcral do sector público da economia não venham a assentar em sofismas, amalgamas indevidas e inverdades, mas sejam realizados antes com base na mais completa transparência e rigor possíveis.

Na verdade, a intensa campanha que o Governo e seus arautos vêm desenvolvendo é a confissão de que não existe um clima favorável ao seu inconstitucional projecto de desmantelamento do sector público da economia. A liquidação das empresas públicas e nacionalizadas e a sua entrega a grupos económicos privados deparam com forte resistência.

Por isso, não só utilizam os órgãos de comunicação social que controlam, transformando-os num aparelho de propaganda, como se socorem de sofismas, da deturpação dos factos, do escamoteamento dos seus objectivos reais e das suas inegáveis responsabilidades na evolução económica e financeira das empresas públicas.

O primeiro sofisma diz respeito ao processo de nacionalizações, que qualificam de completamente desnecessário e irracional. Escamoteiam que havia uma racionalidade subjacente à constituição e desenvolvimento dos grupos económicos: era a «racionalidade» do controle da economia e da concentração e centralização do capital em detrimento dos interesses nacionais. Por outro lado — e acima de tudo —, omitem que as nacionalizações foram uma medida necessária à defesa da democracia então nascente mas já ameaçada.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

O Orador: — O segundo sofisma visa mascarar a natureza de classe do projecto de desnacionalizações. Daí a campanha propagandística assente no capitalismo dito «popular». Procuram identificar a propriedade de meia dúzia de acções com a propriedade dos meios de produção e a gestão das empresas, visando esconder o objectivo essencial que prosseguem: a apropriação pelos grupos capitalistas do valioso património e do poder económico do sector empresarial do Estado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O terceiro sofisma diz respeito àquilo a que chamam o peso excessivo do sector empresarial do Estado — que asfixaria a economia e a iniciativa privada. Clamam pela redução da intervenção do Estado, assimilando-a à incisividade, incompetência, gestão ruinosa, prejuízos, etc. Olvidam que foi a existência do sector empresarial do Estado que evitou, em anos não muito distantes, que a crise económica e social fosse mais profunda. Esquecem que a existência do sector empresarial do Estado não só não impidiu o desenvolvimento das empresas privadas (até já existem novos grupos económicos!), como as pequenas e médias empresas privadas só ganharam, e têm a ganhar, com a substituição dos grupos monopolistas pelo sector empresarial do Estado. Calam que sempre existiu, e existe, um amplo campo de actividade aberto à iniciativa privada.

E, sobretudo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, escamoteiam que o Governo pretende reduzir a intervenção do Estado quando se trata de promover e defender interesses colectivos e reforçar essa intervenção quando se trata de beneficiar interesses privados.

*Aplausos do PCP.*

Dois exemplos: o primeiro é a política orçamental do Governo, de redução da intervenção do Estado na promoção de habitação social e no âmbito da saúde e segurança social. Essa política de «menos Estado» é acompanhada do aumento da intervenção do Estado na promoção de certos interesses privados através de crescentes benefícios financeiros. O segundo exemplo é o próprio projecto de desnacionalizações. Esse projecto visa o reforço dos grupos económicos privados, não como o resultado da concorrência desses grupos com o sector empresarial do Estado, mas como resultado de uma intervenção coerciva do Estado, promovendo a transferência forçada de património público para o domínio do grande capital privado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Estado não age directamente. O Estado age através das instituições que o representam, designadamente o Governo. Não é o Estado mas os governos que devem ser acusados de ineficazes e incompetentes.

*Aplausos do PCP.*

É um facto que, em grande número de casos, a gestão das empresas públicas tem sido ruinosa.

Mas não é menos certo que a responsabilidade dessa gestão recai exclusivamente sobre os ministros da tutela e sobre os gestores partidários por eles nomeados.

Não por acaso, um insuspeito analista, do partido do Governo, recentemente constatava que «a clientela social-democrata domina hoje arrasadoramente a gestão do sector empresarial do Estado». Acrescentarci que esse domínio «arrasador» não é de hoje, mas de há muitos anos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — E os resultados estão à vista, Srs. Deputados. A situação económica e financeira do conjunto das empresas públicas, e de cada uma em particular, não resulta da sua natureza pública, mas da sua instrumentalização e utilização abusivas por parte de governos e gestores.

Ao longo dos últimos dez anos as empresas públicas têm sido utilizadas para a viabilização de sectores de actividades e empresas privadas, para financiar a balança de transacções correntes, para reduzir os défices orçamentais, para conter as taxas de inflação. O que, necessariamente, lesou profundamente as empresas públicas e lhes criou ou agravou as dificuldades.

E nós desafiamos a bancada do PSD a rebater os quatro factos seguintes.

Primeiro, foram as empresas públicas que, em anos de crise profunda, tiveram de criar mercado para alguns sectores de actividade (por exemplo, construção civil e metalomecânica), através de investimentos acrescidos e quase sempre incorrectamente financiados.

Segundo, para que o País pudesse financiar os défices externos, as empresas públicas, a partir de 1979, foram administrativamente obrigadas a contrair empréstimos no exterior, em período de elevadas taxas de juro nos mercados internacionais e de forte desvalorização do escudo, o que lhes acarretou sobrecustos exorbitantes.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É um facto!

O Orador: — A demonstração não é difícil, embora possa pecar por desfeito. Apenas dois exemplos: primeiro, anos houve em que as taxas de juro externas, convertidas em escudos, atingiram os 55 % ao ano, quase o dobro das elevadas taxas de juro internas, e segundo, da dívida externa das empresas públicas em Agosto de 1987, no montante de 1200 milhões de contos, 600 milhões, ou seja 50 %, correspondem a diferenças cambiais suportadas desde o final de 1979. O próprio Governo não pôde deixar de o reconhecer no PCEDED, que diz a certa altura:

Para o substancial acréscimo do peso dos encargos financeiros contribuíram, por um lado, o elevado endividamento das empresas e, por outro, a subida das taxas de juro internas e internacionais e a desvalorização do escudo. De facto, nos últimos anos, a par de crédito interno, as empresas públicas recorreram

também a avultados financiamentos externo, por vezes por razões de financiamento da balança de pagamentos.

Terceiro facto: governos sucessivos, com especial relevância para os da AD, reduziram artificialmente os défices orçamentais, acumulando dívidas às empresas públicas.

*Vozes do PCP: — Muito bem!*

O Orador: — Entre 1977 e 1984 as dívidas do Estado às empresas públicas passaram de 2 para 335 milhões de contos.

Também aqui, o governo do PSD não pode deixar de dar a mão à palmatória. No relatório do Orçamento do Estado para 1988 diz-se isto, que passo a ler:

Empresas públicas haviam sofrido anteriormente a situação de não pagamento de grandes montantes devidos por entidades do sector público administrativo, levando ao seu próprio endividamento em período de altas taxas de juro e de forte instabilidade cambial. O que significa que parte dos défices do sector público administrativo acabaram por aparecer no sector empresarial do Estado, contribuindo para os fortes desequilíbrios financeiros neste sector.

Quarto facto: as empresas públicas foram utilizadas para conter administrativamente a inflação, quer por atraso no ajustamento dos preços, quer por ajustamentos insuficientes para cobrir a evolução dos custos, gerando prejuízos sem que o Estado as compensasse, de forma adequada e atempada, com as correspondentes indemnizações compensatórias.

São factos. Desafiamos o PSD a contradizê-los!

Há muito que os trabalhadores, dando voz à sua inquieta determinação de defesa e consolidação do sector empresarial do Estado, vêm denunciando este estado de coisas e, construtivamente, têm proposto medidas para que o sector empresarial do Estado contribua mais e melhor para o desenvolvimento económico e social do País, designadamente a coordenação da actividade e do desenvolvimento do conjunto do sector empresarial do Estado e o impedimento de intervenções pontuais e abusivas dos governos na gestão corrente das empresas públicas; articulação da actividade das empresas com as políticas globais e sectoriais de desenvolvimento económico do País; gestão racional, séria, competente e responsabilizante; saneamento económico-financeiro e reestruturação das empresas públicas em que tal se mostra necessário e na exata medida dessas necessidades.

Mas os governos, e concretamente o actual, mostram-se surdos à voz da razão. Com prejuízo para as empresas públicas, para o Estado e para o País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Propositadamente deixámos para o fim o sofisma máximo das campanhas governamentais. Diz o Governo que o sector empresarial do Estado deve ser entregue ao capital privado porque dá prejuízos! Mas Srs. Deputados, face ao quadro em que têm vivido as empresas públicas, ninguém de boa fé poderia exigir que o sector empresarial do Estado, no seu conjunto, apresentasse lucros — sendo certo que são muitas as empresas públicas que dão lucros, e que os prejuízos significativos se concentram em meia dúzia. Mas os prejuízos que se registraram estão bastante longe dos números astronómicos que o Governo vem proclamando. De 1976 a 1986, os resultados acumulados do conjunto das empresas públicas, das que existem e das que já foram extintas, rondam os 260 milhões de contos e não os 900 milhões apregoados pelo Governo.

É falso que, como propaganda o Governo, as empresas públicas tenham representado para o Orçamento um encargo de 1000 milhões de contos. Nos doze anos que correram de 1976 a 1986, o Orçamento do Estado despendeu com as empresas públicas 400 milhões de contos (em dotações de capital para investimentos, indemnizações compensatórias e subsídios) e recebeu dessas empresas 480 milhões de contos (dos quais 124 milhões a título de participação nos lucros). Isto é, no seu conjunto, o sector empresarial do Estado não tem sido um encargo para o Orçamento do Estado, antes pelo contrário.

*Aplausos do PCP e da ID.*

São a Conta Geral do Estado e os elementos da Inspeção-Geral das Finanças fornecidos pelo Governo que o mostram de forma inofensável.

São, na verdade, exclusivamente razões políticas e ideológicas que inspiram o Governo! Como o mostram inúmeros factores de que evidenciamos apenas dois exemplos.

Primeiro, como reconhece o próprio Governo, e apesar de todo o passado acumulado, a diminuição da taxa de juro e da taxa de câmbio do dólar contribui de forma significativa para a melhoria da situação económico-financiera das empresas públicas — pelo que, a ser o Governo movido por razões económicas, seria incompreensível que fosse este o momento escolhido para a sua entrega ao sector privado.

Segundo, não haveria razão suficientemente justificativa para que o projecto governamental das desnacionalizações se iniciasse ou incidisse sobre empresas públicas económica e financeiramente sólidas, como o pretende o Governo.

Fica, então, claro que o que o Governo quer é privatizar os lucros!

O Sr. José Magalhães (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — A comissão eventual que propomos para análise da situação do sector empresarial do Estado e das respectivas causas é um instrumento útil e necessário para que a Assembleia da República possa exercer as suas competências e clarificar junto do povo português toda a verdade sobre o sector empresarial do Estado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como diz o nosso povo, quem não deve não tem!

É este o desafio que deixamos a todos os Srs. Deputados. O resultado revelará se a bancada governamental tem!

*Aplausos do PCP e da ID.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, gostaria de informar que, na galeria n.º 3, se encontram alunos da Escola de Garcia de Orta.

*Aplausos gerais, de pé.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Guido Rodrigues, Vieira de Castro e Nogueira de Brito.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, o seu discurso foi uma pura tentativa de antecipação do debate que aqui travaremos, oportunamente, sobre a questão das privatizações.

Do Programa do XI Governo Constitucional consta o seguinte:

Tem de ser profunda a reforma do sector empresarial do Estado. O Governo vai fazer esta reforma sem hesitações, mas com a ponderação e o diálogo que são exigidos pela importância económica, financeira e política do sector.

Mais à frente diz-se:

Muitos e graves problemas têm afectado o sector empresarial do Estado, podendo, no entanto, identificar-se dois bloqueamentos fundamentais à sua racionalização: constrangimentos legais e constitucionais e escassez de dinheiros públicos.

Tendo em vista vencer os bloqueamentos legais existentes, o Governo vai propor à Assembleia da República [...] importantes alterações legislativas, designadamente: proposta de lei sobre a transformação de empresas públicas em sociedades anónimas de economia mista [...] [e abre aqui um parêntesis para dizer que ela já se encontra na Comissão de Economia, Finanças e Plano]; proposta de lei sobre a venda, troca ou dação em pagamento de elementos patrimoniais de empresas públicas; proposta de lei sobre alienação de participações do Estado ou de outros entes públicos.

Também já se encontram propostas de lei na Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre estas matérias.

O meu comentário, muito mais do que um pedido de esclarecimento, é este: a seu tempo ...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Fora de tempo!

O Orador: — ..., discutiremos nesta Câmara, perante todo o povo português, estes diplomas. Estes diplomas, sim, é que são os fundamentais. Ao fazer a proposta da criação de uma comissão eventual para discutir o assunto das empresas públicas, VV. Ex.<sup>s</sup> só pretendem ...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Saber a verdade!

O Orador: — ... antecipar tudo aquilo que o Governo, em cumprimento do seu Programa, serena e tranquilamente está a realizar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Está a realizar debaixo da mesa e atrás das cortinas!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, V. Ex.<sup>s</sup> começou por criticar o Governo pelo facto de este afirmar que o peso do Estado na economia é excessivo.

Ora, sendo Portugal um país da Europa Ocidental e que pertence à Comunidade Económica Europeia, diga-me o Sr. Deputado Octávio Teixeira, se for capaz, qual é o país da Comunidade Económica Europeia que tem um peso do Estado na economia equiparável àquele que existe no nosso país.

É que, repito, Sr. Deputado, estamos na Europa Ocidental. Portugal não tem nada a ver com os modelos de economia colectivista. Se tivesse, até diria que, porventura, o peso do Estado na economia era insuficiente.

A segunda pergunta que gostaria de fazer-lhe tem a ver com a afirmação que o Partido Comunista fez de que o Governo vai entregar o sector público aos grandes grupos económicos. Mas como é isso possível, Sr. Deputado? Se o Sr. Deputado ler a proposta de lei n.º 18/V verificará que está perfeitamente salvaguardada a disseminação do capital.

Vão ser, de facto, beneficiados interesses privados. Por exemplo, os trabalhadores das empresas públicas podem adquirir 20 % do respectivo capital. Admito que, se, de facto, os 20 % de capital de cada uma das empresas públicas for adquirido pelos seus trabalhadores, é bem capaz de ter repercussões que tenham alguma coisa a ver com aquilo que o Partido Comunista defende. Nenhuma entidade privada singular pode adquirir mais de 10 % e nenhuma entidade estrangeira pode adquirir mais de 5 %.

Em síntese, pergunto ao Sr. Deputado como é que é possível dizer-se que o Governo vai entregar o sector empresarial aos grandes grupos económicos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, ouvi com atenção a sua intervenção e sigo atentamente esta vossa iniciativa.

Penso que, conforme foi já salientado pelo meu colega Basílio Horta, na passada terça-feira, o PCP insiste em colaborar nesta enorme mistificação da privatização.

V. Ex.º, Sr. Deputado, e o seu grupo parlamentar ainda consideram que a discussão da proposta de lei n.º 18/V vai dar início a um processo de privatização ou de desnacionalização, depois dos esclarecimentos tão prestativamente prestados pelo Sr. Deputado Guido Rodrigues, embora em alguma contradição com o Sr. Deputado Vicira de Castro? Ou será que V. Ex.º, Sr. Deputado Octávio Teixeira, discorda apenas do método, o método de socorrer as empresas públicas? É que é disso que se trata e foi o que nos foi dito pela bancada do PSD. O Governo, para já, propõe-se socorrer as empresas públicas e, para evitar males mais graves sobre as finanças públicas e sobre o Orçamento do Estado, que V. Ex.º também tem, Sr. Deputado Octávio Teixeira, vai por este método. V. Ex.º opõe-se apenas a este método? É que não se trata de outra coisa, Sr. Deputado Octávio Teixeira!

Suponho que não terá dúvidas sobre isso e, realmente, seria bom que fosse esclarecido.

Mas ainda lhe quero dizer outra coisa, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

V. Ex.º falou-nos apenas de benefícios e parece-me que há também aí alguma coisa de contraditório. Falou em dificuldades no que respeita às dotações de capital nas empresas públicas, mas, simultaneamente, não nos revelou tudo sobre isso. Não nos revelou os volumes de investimento que foram feitos no sector público empresarial do Estado, nas imobilizações de capital que aí foram feitas num determinado período, por comparação àquelas que foram feitas, por exemplo, no sector privado, em comparação com um excedente bruto reduzidíssimo aí formado. Não nos falou, ainda, dos 200 milhões de contos que o Ministro da Indústria e Energia aqui há pouco tempo nos disse que tinham sido mal investidos no sector público, nem nos falou dos 120 milhões de contos que, porventura, foram irremediavelmente mal investidos no sector público.

Há, porém, uma outra coisa positiva, Sr. Deputado Octávio Teixeira. É que V. Ex.º distingue entre o Estado e

os titulares dos órgãos que o representam, e aí seria bom investigar quem é que provocou todas essas coisas que, no fundo, afiguraram também o sector público de que o Sr. Deputado fala.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E nessa primeira crise de 1974-1975 seria bom investigar que responsabilidade VV. Ex.º tiveram no seu desencadear, para que pudéssemos aqui fazer um juízo com alguma seriedade.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem, faça-se a comissão!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O Sr. Deputado Guido Rodrigues está completamente enganado sobre a hipotética antecipação do debate. É que com a constituição desta comissão não queremos antecipar o debate, Sr. Deputado, queremos é prepará-lo. Aliás, foi o que referi e está claramente expresso no nosso projecto de deliberação.

Queremos preparar esse debate para que não haja sofismas, para que o Governo não venha com aqueles tais números astronómicos que são totalmente falsos e rebatidos pelos próprios números oficiais. E abro aqui um parêntesis para dizer que apenas referi números oficiais.

Por outro lado, gostaria de recordar-lhe que o nosso projecto de deliberação está na Assembleia da República desde 15 de Outubro. Não é uma coisa de agora, é algo que foi apresentado atempadamente com vista a este objectivo que consideramos fundamental.

Relativamente à questão da reforma do sector empresarial do Estado preconizada no Programa do Governo, a única coisa que se pode extrair daí que o Sr. Deputado Guido Rodrigues leu e das referências que fez é que, para o PSD, reforma do sector empresarial do Estado significa, pura e simplesmente, liquidação desse sector. É, de facto, apenas isso que está em causa.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Exacto!

O Orador: — De facto, a questão da comissão não está fora de tempo, pois é este o tempo exacto. É que, se tivesse havido oportunidade de agendar esta matéria, ela até já devia ter sido discutida antes, para que a comissão pudesse, em tempo útil, recolher todos os elementos necessários, de forma que a discussão se fizesse em bases sólidas sobre a questão de fundo que motiva o Governo a avançar com o processo de desnacionalizações.

Sr. Deputado Vicira de Castro, penso que, quando me vem pôr a questão do peso do sector empresarial do Estado na Europa Ocidental, está a corroborar aquela afirmação que há pouco fiz. O *leitmotiv* do Governo é, pura e simplesmente, um problema político e ideológico, não tendo nada a ver com aquilo que tem vindo a apregoar sobre os prejuízos.

Para completar a resposta, ainda lhe digo que, se o Sr. Deputado quer exemplos de países em que o Estado tenha um peso maior na economia do que em Portugal — e considerando como peso, por exemplo, a questão do valor acrescentado —, posso dar-lhe os exemplos da RFA e da Itália, onde isso acontece em termos quantitativos.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Mas isso é um sofisma!...

**O Orador:** — Sr. Deputado Nogueira de Brito, isto é se considerarmos o peso do sector empresarial do Estado, como parece ter sido intenção do Sr. Deputado Vieira de Castro. Refiri o problema quantitativo, porque, de facto, o que preocupa os *lobbies* do grande capital, já que se fala tanto em grupos de pressão junto do Governo e do Partido Social-Democrata, o que eles pretendem é o poder económico que o sector empresarial do Estado lhes daria para o domínio da economia, para a centralização do capital.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Aí está!

**O Orador:** — Quanto à questão das propostas de lei, de certeza que o Sr. Deputado Vieira de Castro não me ouviu referir a nenhuma dessas propostas que aqui estão na Assembleia da República. É que essas propostas são apenas a ponta do *iceberg*, e com isto respondo também ao Sr. Deputado Nogueira de Brito. Isto é apenas o início do processo de desnacionalizações, não está já na Assembleia da República todo o projecto de desnacionalizações, está só o início. O Governo gosta de ir passo a passo, para ver se a opinião pública não dá por ela. Mas é evidente que se engana, porque a opinião pública tem de dar por ela, o que já está a acontecer, como tem sido demonstrado claramente.

Quanto à questão da disseminação do capital, devo dizer-lhe que aquilo que o Governo propõe na proposta de lei n.º 18/V não é 20 % do capital para os trabalhadores, mas sim apenas 10 %. São 20 %, sim, mas sobre a parte a privatizar.

E ainda quanto a esta questão, já antes do 25 de Abril, antes de as empresas serem nacionalizadas, havia disseminação do capital, mas o poder económico continuava nas mãos da tal dúzia de famílias que todos nós conhecemos.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, já lhe respondi, pelo menos parcialmente, à questão de o Partido Comunista colaborar na mistificação da privatização. Na realidade, o Partido Comunista não está a colaborar, está sim a denunciar. Está a denunciar que o processo está em curso com aquelas propostas de lei que aqui estão, e está em curso nos negócios de que muitos órgãos de comunicação social, e não só, fazem eco de que estão a ser tratados nos gabinetes. São os tais «lobizinhos» que andam a escolher qual é o banco que querem para eles, que andam a pressionar que o banco A seja o primeiro a ser privatizado. São os «lobizinhos» que andam a dizer «eu quero aquela empresa» e «eu quero aquela outra».

Mas é evidente que há contradições, pois há muita gente que quer a mesma coisa. Todos nós sabemos que há contradições entre os ex-monopolistas e os novos monopolistas. Mas isso, Sr. Deputado Nogueira de Brito, não é um problema nosso, porque nós não temos opção por um grupo novo ou por um grupo velho. Temos uma opção, sim, contra os grupos económicos enquanto tais e enquanto dominadores da economia.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Não posso conceder-lhe a interrupção, por uma questão de falta de tempo, Sr. Deputado.

O Governo não pretende socorrer as empresas públicas. Se ler bem a proposta de lei que aqui está, verá que, se ela for avante, não vai entrar dinheiro para as empresas públicas. Não se trata de aumentos do capital social, mas sim da venda de parte do capital social, pois o capital social de uma empresa pública não pertence a essa empresa pública, mas sim ao Estado, que é o seu titular.

No que respeita ao problema do excedente bruto, Sr. Deputado Nogueira de Brito, pegue nos elementos que recebeu com o Orçamento do Estado para 1988 e verá que, em termos de excedente bruto, as empresas públicas não têm nada a perder, em termos comparativos, com o sector privado ao longo destes últimos doze anos. O problema é que a maior parte desse excedente bruto é de encargos financeiros. Essa é que é a questão! A não ser que confunda excedente bruto com lucros, mas, de facto não se podem confundir, porque são coisas completamente diferentes.

Quanto à crise de 1974-1975, Sr. Deputado, não gostaria de fazer uma leitura errada da sua intenção. Quando se refere à crise de 1974-1975, julgo que não está a pensar no 25 de Abril, e, por isso, passo por cima disso.

Mas, se está a pensar na questão do 25 de Abril, então valerá a pena aprofundá-la, porque o problema afi é mais grave e ultrapassa de longe a questão do sector empresarial do Estado.

Agora se se refere apenas ao problema das empresas públicas e das desnacionalizações, então, Sr. Deputado, repito o que disse na minha intervenção: quem não deve não teme. Nós não tememos porque não devemos. Vamos clarificar na tal comissão o que é que se passou em 1974-1975, o que é que se passou com os governos da AD, o que é que se passou com outros governos e o que é que se está a passar com este, relativamente a esta matéria. Em muitos casos é evidente que o CDS também lá esteve e talvez também tenha alguma coisa a temer ...

*Aplausos do PCP.*

*Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.*

**O Sr. Presidente Marques Júnior:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

**O Sr. Manuel dos Santos (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É, sem dúvida, em torno do tema sector público que têm sido travados alguns dos mais controversos debates da vida política portuguesa.

A discussão da sua legitimidade, a aceitação ou rejeição da sua estrutura e dimensão, a enunciação dos seus objectivos e a tentativa da sua apropriação acabam por surgir, erradamente, junto da opinião pública como critérios definidores de posições ideológicas bem marcadas.

Para alguns o sector empresarial do Estado é o último espaço a desocupar, o reduto mais valioso a defender, a fonte milagrosa donde brotará a felicidade para todos os portugueses.

Para outros o sector empresarial do Estado é o princípio, o meio e o fim de todas as desgraças, a bandeira negra a empunhar para exorcizar todas as insuficiências, a mancha perversa da presença totalitária na democracia portuguesa.

Para os primeiros não defender, conservadoramente, as «conquistas irreversíveis da revolução», os bancos, que, afinal, «são do povo» e, em geral, as EPs, que assegurariam o combate aos monopólios, a solidariedade, o controle do poder económico pelo poder político, é renegar a esquerda, pactuar com o liberalismo, enfraquecer a democracia.

Para os segundos não decretar a liberalização já, defender a racionalidade e o desenvolvimento do sector empresarial do Estado, buscar complementaridades e virtualidades na articulação do sector público com o sector privado, reconhecer que a utilização do mesmo pode constituir factor de progresso, de desenvolvimento económico e, sobretudo, de solidariedade social, é querer sufocar a liberdade, estiolar a capacidade de criação e inovação dos Portugueses, preservar ilhas de privilégio e de pressão social.

Curiosamente desta discussão intensa e sempre apaixonada tem estado ausente, a nosso ver, a verdadeira questão — que é a de saber: que Estado? quanto Estado? onde deve haver mais e onde terá de haver menos Estado? e como isto é compatível com a defesa da liberdade e com o dever de solidariedade social.

Com efeito, o Estado é, nas democracias modernas, o principal instrumento de poder, donde resulta a necessidade de estarmos dotados de um conjunto racional e estruturado de ideias sobre o modo de o usar.

Mas tão apaixonadamente tem sido discutida esta questão que frequentemente esquecemos que, para além do Estado, o verdadeiramente importante é a sociedade, ou seja, o conjunto de indivíduos que aceitaram institucionalizá-lo mas que nele não se esgotam nem com ele se confundem.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É portanto fulcral que um partido de esquerda, antes de ter ideias sobre o Estado, ou, se quisermos, sobre o sector empresarial do Estado, tenha um conjunto de objectivos e um corpo de projectos, potencialmente geradores de maiorias sociais e nos quais se incluam, necessariamente, os valores da liberdade, do direito, da solidariedade e da justiça social.

Deste modo, assim, será provavelmente necessário definir, simultaneamente, mais Estado onde tal se mostre preciso, e menos Estado onde a experiência e a transformação das coisas vá revelando que esteja a mais ou se tornou desnecessário.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O Partido Socialista tem, sobre esta matéria, ideias, projectos e doutrina suficientemente claros e amplamente divulgados.

A problemática do sector empresarial do Estado surge, no nosso programa eleitoral de governo, agregada ao imperativo da modernização da economia.

Nesse programa se define que um verdadeiro projecto de modernização da economia portuguesa, enformado pelos ideais socialistas do progresso e da solidariedade social, não podendo ignorar o papel que cabe ao sector empresarial do Estado, exige, contudo, a sua clarificação sem condicionamentos e sem tabus.

Sem condicionamentos que representem a cedência a modas liberalizantes de privatizar tudo e já sem tabus que se fixem e agarrem a uma concepção ultrapassada do ideário da esquerda.

Ora a definição do papel para o sector empresarial do Estado no processo de modernização da economia portuguesa e a exigência da sua reordenação e aumento de racionalidade, implicam uma discussão aberta, desapaixonada e séria, o que desde logo exige que todos saibam tudo ou possam ter acesso a tudo o que é relevante para aquilo que efectivamente se discute.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Embora o Estado Português já tivesse, antes do 25 de Abril de 1974, uma parcela significativa do aparelho produtivo, é, efectivamente, como consequência directa da Revolução de Abril e com origem nas transformações políticas e sociais que se lhe seguiram que o sector público atinge o peso que ainda detém no conjunto da economia nacional.

Actualmente, a influência do Estado no processo produtivo, quer a resultante da sua participação directa e indirecta no capital, quer a que deriva da sua responsabilidade na gestão, desenvolve-se com mais ou menos intensidade, sob quatro formas distintas: serviços públicos com autonomia administrativa e financeira e organização sob forma empresarial; empresas de capitais públicos que exploram serviços

de utilidade pública; empresas de capitais públicos que actuam no mercado em condições semelhantes às de capital privado; empresas de capitais mistos em que o Estado detém a maioria ou posições de controle.

A influência do Estado, como é sabido, exerce-se praticamente sobre a globalidade da estrutura produtiva nacional, mas acentua-se, mais marcadamente, para lá da área dos serviços, de marcada utilidade social, nos sectores da banca e seguros, da indústria e energia, e dos transportes e comunicações.

Em termos quantitativos e ponderando os diferentes e diversos critérios de delimitação do sector empresarial do Estado, pode afirmar-se que o mesmo tem um peso significativo na economia nacional, na medida em que representa 25 % a 30 % do valor acrescentado bruto, cerca de um terço da formação bruta de capital fixo e mais de 7 % do emprego nacional.

Por outro lado, o sector empresarial do Estado tem a devida consagração institucional, quer na lei ordinária, quer na Constituição da República, o que lhe assegura e determina uma grande importância e uma razoável e correcta estabilidade.

Importará aqui recordar, sobretudo aos que agitam o fantasma do sector empresarial do Estado como estrangulador das liberdades, da igualdade e da criatividade, que a actual Constituição consagra o carácter concorrencial ou competitivo dos sectores de propriedade pública e privada e a lei ordinária deixou de vedar o acesso a sectores importantes, como os seguros e a banca, do interesse particular.

Ora, apesar da comprovada e reconhecida importância do sector empresarial do Estado, raramente a opinião pública conheceu elementos objectivos e desapaixonados sobre esta matéria e, conforme se reconhece na exposição de motivos do projecto de deliberação, agora em discussão, nunca a Assembleia da República dispôs «de um levantamento completo, objectivo e rigoroso» da situação.

E a disponibilidade de informação e o estudo rigoroso por parte do órgão de soberania a quem compete o essencial da função legislativa e a fiscalização democrática dos actos da governação, são tanto mais importantes, quanto a realidade global do sector empresarial do Estado contém realidades parciais distintas, que vão desde a existência de sectores lucrativos até à presença de sectores claramente deficitários, e se explica na medida em que o sector público serviu no passado recente e sob a condução de maiorias políticas distintas, como amortecedor de crises sociais e económicas e como instrumento de maleabilidade e sucesso para as políticas macroeconómicas então definidas e implementadas.

Votaremos, pois, por estas e exclusivamente por estas razões, a favor da proposta de deliberação n.º 4/V, apresentada pelo Partido Comunista Português, que visa a constituição de uma comissão eventual para a análise da situação do sector empresarial do Estado.

**Uma voz do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — **Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Esta iniciativa política do PCP surge num momento em que o Governo se dispõe, de forma atabalhoadas e não consensual, a lançar o processo de privatizações.

É nosso entendimento que o Governo, claramente auto-bloqueado na sua acção, durante o período já decorrido depois da sua posse, pretende iniciar uma nova ofensiva de propaganda, eventualmente fértil porque semecada no terreno do desconhecimento e da desinformação acerca da lógica, da importância e da história do sector público da economia portuguesa.

O nosso apoio a esta iniciativa não pode, pois, ser entendido como uma recusa liminar a qualquer processo de transformação e racionalização, mesmo que tal implique uma redução do sector empresarial do Estado.

Os princípios que refiri ao longo desta intervenção são, a meu ver, elucidativos quanto a esta questão.

Pensamos, no entanto, que subsistem em Portugal razões mais que suficientes — e mesmo necessárias — para a existência de um sector empresarial do Estado forte, coeso e racional capaz de se constituir num instrumento útil ao serviço de uma política global de desenvolvimento e de contribuir para a criação de verdadeiros centros de racionalização económica e de planeamento estratégico, mais do que nunca vitais num contexto de mercado único europeu.

O sector empresarial do Estado contém, em si mesmo, importância decisiva, que ninguém contesta quando posto ao serviço do interesse nacional e da solidariedade social, para a resolução de problemas de dominância dos mercados, da definição de sectores estratégicos vitais para o desenvolvimento sustentado e harmonioso da economia e, mesmo, por razões de complementaridade sectorial.

A política de transformação do sector público não só tem de contar com esta realidade mas ser ela própria instrumento do reforço do sector empresarial do Estado, contribuindo inequivocamente para aumentar a eficácia produtiva e empresarial e para impedir a reconstituição, sob outras formas, de elementos de imperfeição concorrencial e competitiva.

Esta necessária transformação não pode ser desencadeada à margem da Assembleia da República e muito menos contra o órgão parlamentar.

Daí que, nesta óptica, a constituição no Parlamento de uma comissão eventual de análise compatível com a necessidade de informação acerca do sector empresarial do Estado e com a análise serena do processo de desenvolvimento económico e social do País nos pareça útil e oportuna.

A transformação do sector empresarial do Estado deve ser um processo claro, transparente, de acesso igualitário, sujeito a regras gerais enquadradoras, objectivas e fiscalizáveis, suficientemente consensuais e maioritariamente assumidas. E essa transformação, sobretudo, deve estar sujeita a regras que sejam claramente constitucionais.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

*Aplausos do PS, do PCP e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, estão inscritos os Srs. Deputados Guido Rodrigues e Nogueira de Brito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — O Sr. Deputado Manuel dos Santos faz uma intervenção ideológica muito interessante sobre o tema sector público, mas não disse nada de novo quanto ao pensamento que o Partido Socialista já por várias vezes enunciou sobre a matéria.

V. Ex.<sup>a</sup> falou sobre a problemática dimensão sectorial do Estado e deu particular atenção à génese do nosso sector empresarial do Estado. Referiu-se à modernização, ao progresso social sem condicionamentos, sem tabus, à contribuição para o produto, etc.; todas estas ideias gerais são excelentes e todos nós certamente que as subscrevemos no «plano das ideias».

Disse ainda V. Ex.<sup>a</sup> que a Assembleia da República nunca dispôs de elementos completos sobre o sector empresarial do Estado, mas V. Ex.<sup>a</sup> esqueceu-se de toda a discussão que tem havido sobre essa matéria na 5.<sup>a</sup> Comissão, nomeadamente aquando da discussão dos orçamentos do Estado, nas audições sectoriais que se efectuaram; lembro ainda que recentemente, na discussão do Orçamento do Estado, foram fornecidos inúmeros elementos sobre o sector empresarial do Estado.

Por outro lado, o Sr. Deputado esquece-se da abundante documentação, alguma dela oriunda de elementos do próprio Partido Socialista — recordo, por exemplo, o *Livro Branco* do Prof. Veiga Simão, que constitui um apanhado, uma análise factual, do que era o sector empresarial do Estado há sensivelmente um ano atrás. Se V. Ex.<sup>a</sup> tiver em atenção esse livro, se considerar os elementos nele referidos e se extrapolar do ano que entretanto passou, verificará que infelizmente não se produziram alterações muito significativas.

Disse ainda V. Ex.<sup>a</sup> que a Assembleia da República não poderá ficar afastada deste processo de transformação do sector empresarial do Estado, mas, Sr. Deputado, ainda há pouco li o Programa do Governo e não só nele se diz explicitamente, bem como todas as acções do Governo têm sido no sentido de fazer a Assembleia da República participar neste processo, como, aliás, é da sua competência.

Finalmente, V. Ex.<sup>a</sup> conclui a sua intervenção dizendo que é a favor da criação da comissão eventual, mas eu pergunto se, no entender de V. Ex.<sup>a</sup>, a Comissão de Economia, Finanças e Plano não é capaz e competente para apreciar a matéria? Por que motivo V. Ex.<sup>a</sup> pensa que terá de ser criada uma comissão eventual? Na realidade, na sua intervenção, V. Ex.<sup>a</sup>, para além da sua exposição ideológica, não aduziu nenhum argumento que justificasse a criação de uma comissão eventual para o tratamento da matéria.

**O Sr. Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Deputado Manuel dos Santos, certamente que nem todas as «boas ideias» nos ocorrem em primeiro lugar, e a ideia da criação da comissão eventual ocorreu em primeiro lugar ao PCP; mas VV. Ex.<sup>as</sup> consideram-na uma belíssima ideia, oportunamente e conveniente, ... mais uma comissão ...

Evidentemente que V. Ex.<sup>a</sup>, a propósito da criação da comissão, produziu algumas afirmações que nos últimos tempos constituem novidades no discurso do seu partido e justificam exactamente o facto de a «boa ideia» não vos ter ocorrido, mas sim à bancada do lado que, logo que viu o Programa do Governo, lá veio ela com a iniciativa da comissão, à cautela — «agora isto surge no momento opportuno, é agendado oportunamente» ... Mas a VV. Ex.<sup>as</sup> não lhes ocorreu, porque V. Ex.<sup>a</sup> agora vem com um discurso que situa a génese do sector público antes do 25 de Abril, no que tem razão.

Por outro lado, V. Ex.<sup>a</sup> produziu também algumas afirmações, que não são completamente esclarecidas, sobre o peso desse sector e parece embarcar na ideia veiculada por alguns índices que são utilizados pelo Partido Comunista Português e que, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, dão uma ideia sofismada da dimensão do sector público; realmente existem índices comparáveis, e que sobrelevam aos índices verificados em Portugal, mas que, na prática, não exprimem qualquer comparação possível entre a dimensão dos sectores.

Na verdade, nos países que são normalmente citados pelo PCP não se verificou a nacionalização completa de sectores, a nacionalização total, como aconteceu no nosso país, embora, porventura, relativamente aos sectores da banca e dos seguros, etc., todos estes aspectos corrigidos conferiram uma dimensão e um peso diferente a estas questões.

Mas, Sr. Deputado, fundamentalmente, gostaria de lhe perguntar o seguinte: V. Ex.<sup>4</sup> considera oportuna a iniciativa, acha sinceramente que a comissão vai acrescentar algo de positivo no sentido do esclarecimento de todos nós, tendo em atenção os trabalhos que foram elaborados por iniciativa de um ministro do seu partido, o Prof. Veiga Simão? Acha que todas as informações enviesadas prestadas pelo Governo, quando apresenta elementos sobre o Orçamento do Estado, justificam a criação de uma comissão? A pensarmos assim, Sr. Deputado, estávamos sepultados em comissões e nunca mais podíamos fazer nada!

Finalmente, Sr. Deputado, acha que tem sido sempre críticas o trabalho das comissões nesta área? Ou esta iniciativa não será uma «manobra», passe o termo, não será uma iniciativa destinada a encher-se e a esvaziar-se imediatamente daqui a duas semanas? Sr. Deputado, eram estas as questões que lhe queria pôr.

**O Sr. Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

**O Sr. Vieira de Castro (PSD):** — Sr. Deputado Manuel dos Santos, V. Ex.<sup>4</sup> retomou aquele *slogan*, agora muito caro ao PS, de que «o Governo afinal ganhou votos, mas não governa», dizendo-o e ligando-o com a reforma do sector empresarial. V. Ex.<sup>4</sup> cometeu um erro grave, que evidencia quando diz: «O Governo, sentindo-se bloqueado, vem agora com esta reforma do sector empresarial do Estado.»

A propósito disto, perguntava ao Sr. Deputado se não leu o Programa do Governo, aqui debatido em Agosto, que refere expressamente como uma das medidas deste governo a reforma do sector empresarial do Estado?!

**O Sr. Presidente:** — Para responder às questões que lhe foram colocadas, tem a palavra, se o desejar, o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

**O Sr. Manuel dos Santos (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Verifico que a minha intervenção deu origem a que alguns Srs. Deputados fizessem pequenas intervenções e não consigo identificar — mas certamente que o defeito será meu — grandes questões ou perguntas directas que me tenham colocado; apenas o Sr. Deputado Nogueira de Brito me colocou duas perguntas de algum modo relacionadas e o Sr. Deputado Vieira de Castro também uma outra.

Essencialmente, a réplica dos Srs. Deputados esgotou-se em considerações acerca da minha intervenção, e sobre esse aspecto nem fiquei muito esclarecido, pois não sei bem em que sentido devo tomar as referências que o Sr. Deputado Guido Rodrigues fez, classificando a minha intervenção como ideológica. Gostava de saber se essa intervenção ideológica evolui num sentido positivo, obviamente segundo o entendimento do Sr. Deputado Guido Rodrigues, ou se é um movimento retrógrado em relação à linha ideológica do Partido Socialista.

Em relação àquilo que tem sido sempre dito pelo meu partido e também em relação ao que disse o Sr. Deputado

Nogueira de Brito, embora, como referi, tenha colocado duas questões concretas, poderia igualmente aplicar um qualificativo, de que a sua intervenção se traduziu mais ...

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faz favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Deputado, agradeço-lhe imenso o ter-me deixado interrompê-lo para fazer um pequeno comentário quanto ao facto de o discurso do Partido Socialista sobre esta matéria ter vindo a sofrer pequenas *nuances*, uma quando está no governo e outra quando está fora do governo. Apenas isto, Sr. Deputado. Muito obrigado.

**O Orador:** — Esse comentário talvez me permita prolongar o diálogo com V. Ex.<sup>4</sup>, uma vez que estava seriamente embaraçado em prosseguir com esse diálogo, sem essa *nuance* que aqui explicitou.

De igual modo me parece que a intervenção do Sr. Deputado Nogueira de Brito se esgota também numa apreciação sobre a minha intervenção.

Dir-lhe-ia, no entanto, Sr. Deputado Guido Rodrigues, que a mim pessoalmente — e penso poder falar também em nome da bancada do Partido Socialista — não me afectaram nada as referências que fez àquilo que outros distintos camaradas meus disseram em distintas oportunidades. Sou um homem sem complexos, sem tabus e sem constrangimentos e o que digo é o que sinto em cada momento, não estou «preso» a não ser a questões essenciais, como é óbvio, não estou preso a declarações, atitudes, comportamentos justificados e ou justificáveis em momentos históricos diferenciados.

O meu pensamento é exactamente aquela que exprimi na intervenção que acabei de fazer e só por ele é que posso ser responsabilizado. E esse meu pensamento é completamente articulado e coordenado com aquilo que nós, enquanto partido, dizemos no nosso programa eleitoral do Governo, que decerto V. Ex.<sup>4</sup> não teve oportunidade de ler e foi pena, talvez porque o programa seja materialmente complicado de manusear, mas oportunamente iremos tratar de resolver esse problema.

Mas seria interessante que as bancadas do Governo e da oposição tivessem oportunidade de reflectir sobre o conteúdo e o projecto de sociedade subjacente ao nosso programa de governo para perceberem algumas das intervenções que casuisticamente aqui vão sendo formuladas por nós.

Portanto, a minha intervenção não é nenhuma criação ideológica pura; o que expressei encontra-se registado, sob diversas formas, em vários documentos que o Partido Socialista em vários momentos divulgou — infelizmente, segundo parece, sem a devida atenção por parte de VV. Ex.<sup>as</sup> — e corresponde realmente a um pensamento consolidado e organizado sobre estas questões. Não há, portanto, repito, nenhuma evolução ideológica nem nenhuma alteração entre a linha condutora do meu discurso e aquilo que é a doutrina oficial do Partido Socialista.

V. Ex.<sup>4</sup>, Sr. Deputado Nogueira de Brito, reconheceu que eu tinha razão na afirmação que fiz quando referi que a Assembleia da República não pode ser afastada neste processo de discussão, embora tenha dito que a Assembleia da República não é afastada neste processo de discussão, uma vez que se tem produzido documentação sobre a matéria em várias oportunidades, em várias circunstâncias e em várias comissões.

Quanto a este aspecto, lembro V. Ex.<sup>a</sup> que também já tenho alguns anos de «tarimba» da Assembleia da República — embora interrompidos recentemente, como será por certo do seu conhecimento — e não tive a felicidade de gozar da experiência de V. Ex.<sup>a</sup> (ao que parece enriquecedora), de ter visto discutida esta matéria em comissões e noutros debates que se terão, porventura, realizado nesta Câmara. E devo dizer também que, enquanto ausente da Assembleia da República, neste período intercalar, fui um cidadão atento a tudo o que se ia passando e, efectivamente não me lembro de ter observado essa profundidade e essa riqueza de discussão a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu. No entanto, aceito perfeitamente a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>, pois estamos a discutir uma questão concreta, que é a proposta da constituição de uma comissão eventual, elaborada pelo Partido Comunista Português.

Aproveito para dizer ao Sr. Deputado Nogueira de Brito que não qualifico esta iniciativa como «belíssima ideia», procurei apenas não só situá-la num contexto de desinformação em relação ao sector empresarial do Estado, mas também reconhecer que nesse contexto ela pode ter algum interesse para agitar a informação e para ajudar as pessoas a perceber o que efectivamente está em jogo.

Mas como já disse, aceito perfeitamente a ideia de se criar, ao nível da Comissão de Economia, Finanças e Plano, (da qual, aliás, alguns de nós fazem parte), uma subcomissão permanente para tratar especificamente deste assunto, pois assim a situação fica desbloqueada e resolvida. Queria V. Ex.<sup>a</sup> assumir a responsabilidade de fazer essa proposta e nós votá-la-emos, assim como, estou convencido, toda a Câmara, excepto o Sr. Deputado Nogueira de Brito e o seu colega de bancada.

Portanto, aqui fica o desafio a V. Ex.<sup>a</sup>. O que temos neste momento na Mesa é uma proposta do Partido Comunista Português e essa proposta não se desajusta de uma necessidade que sentimos de discutir estas questões com profundidade, com seriedade e clareza e sem complexos. Porque, Sr. Deputado, o Partido Socialista já disse várias vezes que não é contra as privatizações, é contra o envolvimento constitucional do processo de privatizações que VV. Ex.<sup>as</sup> querem introduzir.

Há pouco disse que o Governo se está a servir — numa «manobra» de fuga para a frente — de uma multiplicação de iniciativas para esconder o seu falhanço governamental ...

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Isso é verdade!

O Orador: — ... disse-o e repito-o, porque isso é verdade.

Li o Programa do Governo, li o nosso programa eleitoral de governo, li o vosso programa eleitoral de governo e isso é música celestial. Repito, já li vários programas de governo e já vi neles partes integralmente idênticas, portanto esse aspecto não é relevante.

Os senhores tinham, na realidade, determinados objectivos, mas a forma como lançaram este debate ou como o vão lançar é objectivamente uma pressão sobre os partidos da oposição, particularmente sobre o Partido Socialista, e sobre a opinião pública para condicionarem e limitarem a revisão constitucional; se isso não puder ser feito, se o condicionamento e a limitação da revisão constitucional não forem conseguidos por VV. Ex.<sup>as</sup> (e certamente que não serão) servirá de capital de queixa para o Sr. Primeiro-Ministro dizer que não pode governar porque o Partido Socialista lhe inviabiliza as reformas estruturais. Logo, se VV. Ex.<sup>as</sup> quiseram pôr à discussão este aspecto com

seriedade, com clareza e com consensualidade, deviam tê-lo apresentado e discutido de outra maneira e é, portanto, nesse sentido que digo e reafirmo que estamos perante uma «fuga para frente».

Como já não tenho muito tempo, a resposta ao Sr. Deputado Nogueira de Brito ficará para uma próxima oportunidade, pois queria reservar o minuto que me resta para a eventualidade de ter ainda de intervir no prosseguimento do debate.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

O Sr. Guido Rodrigues: (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No projecto de deliberação n.º 4/V, apresentado pelo Partido Comunista Português, tendente à urgente constituição de uma comissão eventual para a análise da situação do sector empresarial do Estado, explicitam os proponentes, no ponto 2, que visam «desenrolcar um processo que permita concretizar o dever institucional da Assembleia da República e garantir um completo rigor na análise da situação do sector empresarial do Estado».

Mas passaram-se, ou passam-se, factos especiais, factos extraordinários, que justifiquem esta súbita grave preocupação, dita, aliás, inadiável, do Partido Comunista? A resposta é não. Nada se passa diferente do que tem ocorrido nos últimos anos, infelizmente.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Ora essa!

O Orador: — A Comissão de Economia, Finanças e Plano tem recebido informação sobre a matéria que lhe é fornecida pelo Governo, têm sido pedidos pelos Srs. Deputados esclarecimentos diversos, escritos e orais, respondidos também pelo Governo, nomeadamente na audição dos ministros no âmbito da discussão do Orçamento do Estado. Foram feitos vários estudos e «livros brancos», e lembro-me de um, aliás elaborado pelo Ministério da Indústria, quando era ministro o Prof. Veiga Simão, surgido na sequência de trabalhos que vinham muito, muito detrás. Verifiquei também há pouco que o Partido Socialista considera que este «livro branco» foi feito num tempo histórico diferente, foi feito num tempo histórico que não tem nada a ver com o momento actual.

Recordo ainda que, no último debate da Lei Orçamental, alguns dos anexos que o Sr. Deputado João Cravinho mencionou e que estariam em falta se referiam exactamente às empresas públicas, ao sector empresarial do Estado, e tinham sido atempadamente entregues ao Sr. Presidente da 5.ª Comissão pelos serviços do Ministério das Finanças. O próprio anexo informativo à proposta do Orçamento do Estado continha uma descrição da situação económica e financeira das EPs.

Então, se a informação abunda, se não se pode dizer que falta informação, se nada de novo se passa, o que faz mover o Partido Comunista?

Será ainda, porventura, alguma súbita dúvida transcendental sobre o rigor das contas das empresas públicas, de alguma empresa pública em particular ou do sector empresarial do Estado no seu todo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

**O Orador:** — Também não parece ser esse o caso, pois, como VV. Ex.<sup>as</sup> sabem, as empresas públicas dispõem de comissões de fiscalização integradas por revisores oficiais de contas ou sociedades revisoras de contas, que apreciam as respectivas contas e elaboram pareceres circunstanciados sobre as mesmas. Para além disso, a Inspecção-Geral de Finanças, que também como VV. Ex.<sup>as</sup> sabem, é extremamente rigorosa na sua apreciação, dá igualmente parecer sobre as contas, sendo, só após isso, as contas publicitadas anualmente.

Não se trata, pois, de falta de informação da Assembleia da República, em particular, e da população, em geral, sobre a situação do sector empresarial do Estado. Não se trata também de dúvidas quanto ao rigor das contas ou quanto aos mecanismos de apreciação das mesmas, os quais vêm funcionando com regularidade e transparência.

O que faz mover o Partido Comunista e justifica este projecto de deliberação é pura e simplesmente a situação nova criada pelo fenómeno das privatizações, objecto de uma proposta de lei do Governo, em análise na Comissão de Economia, Finanças e Plano. E o ponto 1 do projecto de deliberação do Partido Comunista, especialmente nas suas entrelinhas, confirma esta assserção.

**O Sr. José Magalhães (PCP):** — Nas entrelinhas?

**O Orador:** — Exacto, Sr. Deputado.

O Partido Comunista quer com esta iniciativa antecipar a discussão das privatizações. E, ao contrário do Governo, que serenamente cumpre o seu Programa, apresentando propostas de lei sobre a matéria à Assembleia, propostas que serão oportuna e democraticamente discutidas e votadas, o Partido Comunista é que pretende desencadear uma campanha na opinião pública tentando criar o medo das privatizações, acenar com fantasmas de desemprego se a titularidade de parte ou de totalidade das empresas deixar de pertencer ao Estado, em suma, desfender à *outrance* a constituição e a dimensão do actual sector empresarial do Estado.

Por aí, obviamente, não acompanhamos o Partido Comunista e temos uma filosofia, um entendimento e uma práxis totalmente opostos. Recusamos, pois, antecipar a serena discussão da proposta de lei das privatizações.

Acresce ainda que, em nosso entender, não deverão multiplicar-se comissões eventuais quando as matérias que seriam objecto de análise das mesmas caírem «de pleno» na competência das comissões ordinárias existentes. Pelo contrário, devem reforçar-se e prestigiar-se as comissões permanentes e não debilitá-las, multiplicando comissões eventuais que obriguem à dispersão dos esforços dos deputados.

E todas as iniciativas que se refiram ao sector empresarial do Estado ou ao Plano de Investimento do Sector Empresarial do Estado têm pleno cabimento no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Por tudo o que referimos, o Partido Social-Democrata votará contra a constituição da comissão eventual proposta.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Deputado Guido Rodrigues, o Sr. Deputado trouxe a intervenção feita de

casa — e temos a dizer que é um mediocre TPC, isto é, trabalho para casa —, mas era bom que respondesse aos argumentos que aqui foram colocados.

Então, não foi feita aqui, na Assembleia da República, uma intervenção sobre as privatizações? Então, estamos a antecipar a discussão das privatizações? Não é verdade que há todo um conjunto de informação que é desconhecida do povo português, dos deputados e das instituições? Por acaso, o Sr. Ministro da Indústria já deu alguma informação sobre aquelas «empresas problema»? A que documentos é que o Sr. Deputado se refere? Áqueles a que o PSD e mais nenhum grupo parlamentar tem acesso? Então, o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado Correia Afonso e outros deputados não fizeram aqui um conjunto de afirmações que dissemos e demonstrámos que eram falsas? Não seria bom que o povo português pudesse ter oportunidade de confrontar essas afirmações com rigor?

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sim, sim!

**O Orador:** — Então se «sim» por que não a constituição de uma comissão eventual? Por que é que não se cria essa comissão eventual? De que é que os senhores têm medo? Têm medo que se saiba que a maior parte dos gestores é do PSD? Têm medo que se saiba que em 1980 o Sr. Ministro das Finanças, Cavaco Silva, condenou as empresas públicas a terem de recorrer ao crédito externo e que, do ponto de vista financeiro, as estrangulou, para agora fazer o mal e a caramunha? É disso que têm medo? Querem que isto fique fechado numa redoma, para depois estarem a coberto de certa comunicação social que papagueia aquilo que o Sr. Ministro diz acerca dos prejuízos? É isso que temem? O que é que vos aborrece? O que é que vos incomoda? É a resistência? É o facto de haver uma crise bolsista em relação à qual os senhores tiveram toda a culpa quanto ao seu desencadear e que agora vos entrava todo o processo das privatizações?

Os senhores têm é medo da verdade, da prova dos factos e, como assim é, a coberto da comunicação social, querem ficar com as vossas verdades debaixo da mesa, atrás da cortina para, nos corredores, continuarem com as negociações conhecidas! ...

*Protestos do PSD.*

Qual é o primeiro banco a privatizar? É o Banco Português do Atlântico? É esse? Será que o Sr. Ministro das Finanças nada tem a ver com esse banco? Seria bom esclarecermos essas questões! ...

Estamos aqui a fazer imputações que são graves, mas para que o PSD possa sair com lisura sugiro que accite o desafio que publicamente estamos a fazer e que é este: a criação de uma comissão eventual onde estejam representados todos os deputados desta Assembleia da República, para que se possa dizer, com verdade, se há prejuízos, e quais são, quem é o responsável, que negociações há por detrás da cortina, quem é que quer ficar com as «partes de leão» das empresas públicas, quem é que quer dominar o poder económico. Quem são: os novos ou os velhos? Os do Norte ou os do Sul? Á custa de quem? Do povo português? Dos trabalhadores da INDEP, que não têm os salários pagos?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Só faltava essa!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Guido Rodrigues, há mais oradores inscritos. Deseja responder já ou no fim?

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Respondo no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID):** — Sr. Deputado Guido Rodrigues, o Sr. Deputado sabe que, diariamente, ao longo das semanas, dos meses, a opinião pública é intoxicada, nomeadamente através da televisão, com os ataques às empresas públicas, dizendo que elas são o mal de todos os males, etc. ... A verdade é que a opinião pública — e com certeza que o Sr. Deputado me dá razão — não está devidamente informada do que se passa no sector empresarial do Estado. O Sr. Deputado diz que não é necessária uma comissão eventual para tratar deste problema porque considera que a 5.<sup>a</sup> Comissão — a Comissão de Economia, Finanças e Plano — já tem tido essa possibilidade. Sr. Deputado, se pegar nas agendas de todas as reuniões dessa Comissão, verificará que nunca esteve agendada a análise, com princípio, meio e fim, do sector empresarial do Estado.

No entanto, o Sr. Deputado Manuel dos Santos pôs-lhe uma questão muito clara, à qual o Sr. Deputado não respondeu. O Sr. Deputado Guido Rodrigues falou na 5.<sup>a</sup> Comissão e o Sr. Deputado Manuel dos Santos perguntou: «Então, por que não uma subcomissão permanente para aí estudarmos o problema?» Retomo a pergunta do Sr. Deputado Manuel dos Santos e pergunto-lhe: sim ou não uma subcomissão permanente da 5.<sup>a</sup> Comissão para estudar este problema?

O Sr. Deputado sabe que está em curso a desagregação do sector empresarial do Estado. Ora, se está tudo bem, como o Sr. Deputado referiu da tribuna, por que razão é que o PSD recusa uma comissão eventual para apreciar tudo, desde 1974 ou 1976, como há pouco disse, até agora? Por que razão recusa uma comissão eventual onde se poderá apreciar tudo o que se passa nos sectores financeiro, químico, cervejeiro, dos transportes, dos tabacos, das cimenteiras, etc.? Por que razão recusa uma comissão eventual onde se poderá apreciar os erros que houve e quem é o responsável ou quem são os responsáveis? Por que razão recusa uma comissão eventual onde se poderá apreciar o comportamento de certos ministros e de certos governos, assim como o comportamento de conselhos de gerência — e várias vezes foi levantada a hipótese de tentar saber e responsabilizar certos conselhos de gerência por determinado tipo de erros em determinado tipo de empresas do sector empresarial do Estado? Por que não fazer um levantamento muito claro sobre tudo isto?

Diz o Sr. Deputado Guido Rodrigues que vem aí o debate da proposta de lei do Governo sobre privatização. Pergunto: acha que em 30 minutos (o tempo atribuído aos principais grupos parlamentares) é possível fazer um levantamento e discutir todos os problemas com que o sector empresarial do Estado se debate? Acha que é possível, Sr. Deputado? Por que é que o PSD e o Governo reciam um levantamento, com princípio, meio e fim, para que se saiba tudo, tudo, mas tudo, em relação ao sector empresarial do Estado. E quando digo «tudo», refiro-me aos erros, às questões positivas, aos lucros, às transferências para o Orçamento do Estado e também, como já aqui foi

levantado, a certas obrigatoriedades, que, inclusive, obrigam o sector empresarial do Estado a pedir empréstimos ao estrangeiro.

Por que é que receia uma comissão eventual desta natureza? Se não quer uma comissão eventual, então diga francamente se está ou não disposto a que, na próxima quarta-feira, seja agendado um diploma sobre a constituição de uma subcomissão da 5.<sup>a</sup> Comissão para apreciar este problema.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

**O Sr. Manuel dos Santos (PS):** — Uma vez que o tempo de que disponho começa a escassear, farei apenas uma confissão, um registo, uma pergunta, e, por tabela, darci uma informação ao Sr. Deputado Nogueira de Brito.

A confissão é a de que só agora percebi porque é que o Sr. Deputado Guido Rodrigues qualificou a minha intervenção de ideológica. Realmente, a sua intervenção des-carnada — e quero dizer-lhe que isto não tem nada de negativo —, a sua intervenção meramente factual sobre uma questão tão importante como é a do sector empresarial do Estado, revela duas coisas, em alternativa: ou V. Ex.<sup>a</sup> minimizou este debate — que, a meu ver, é importante — ou V. Ex.<sup>a</sup> tem a concepção de que discutir o sector empresarial do Estado é, no fundo, dizer meia dúzia de números e quantitativos, sem ir, efectivamente, ao fundo da questão.

O registo é este: não quero que Guyarem dúvidas — e penso que não poderão ficar nesta Câmara — sobre a posição do Partido Socialista relativamente a esta matéria: nós não queremos antecipar o debate sobre as privatizações. Estamos confrontados com uma proposta — que não rejetamos, pois achamos que tem alguma utilidade — mas não queremos antecipar o debate sobre as privatizações e, na altura oportuna, participaremos nele. Aliás, temos o entendimento, tal como eu disse noutra ocasião e noutra sede, de que hoje a fonte de poder não se situa preferencialmente nas propriedades pública ou privada mas mais na capacidade de condicionamento cultural das decisões; assim, na altura própria exprimiremos os nossos pontos de vista. Estamos abertos a este processo e, naturalmente, iremos participar nele, com todas as nossas energias e com toda a nossa força.

A pergunta que lhe faço é a mesma da do Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca: afinal de contas, V. Ex.<sup>a</sup> aceita ou não a proposta que lhe fiz de constituição de uma subcomissão eventual da Comissão de Economia, Finanças e Plano para tratar deste problema, proposta essa que substitui a que vai ser rejeitada por esta Câmara e que visa a constituição de uma comissão eventual?

Finalmente, por tabela, devo dizer que o Sr. Deputado Nogueira de Brito tem razão, porque cada vez que pegamos em documentos que tratam da questão do sector empresarial do Estado defrontamo-nos com uma diversidade de critérios, de índices, com referências numéricas muitas vezes distanciadas, com algumas parcelas muito razoáveis. Quero confessar que tive esse problema e consultei uma quantidade enorme de documentos sobre esta questão, mas penso que isso é essencial. V. Ex.<sup>a</sup> reconhecerá que o sector público empresarial tem um peso significativo na vida política portuguesa, medido isso seja por que critérios for, seja por que índices for. Aliás, tive o cuidado de me refugiar nos «cerca de», «aproximadamente», exactamente porque senti essa dificuldade, mas penso que esta questão não é essencial. Foi esta a única pergunta que me fez e a que, há pouco, por escassez de tempo, não respondi.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foram várias as perguntas que me fizeram, pelo que vou procurar responder a todas na medida das possibilidades.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, a estratégia do PCP foi a de tentar antecipar o debate das privatizações. VV. Ex.<sup>as</sup> pensaram qual seria a mancira possível de criar alguma ressonância nesta matéria e acharam que a constituição de uma comissão eventual era a maneira adequada. Tiveram uma estratégia; contudo, a estratégia do PSD, a que eu indico, é outra. Efectivamente, o seu «trabalho de casa» é diferente do meu «trabalho de casa», mas são ambos «trabalhos de casa», talvez.

Quanto aos documentos debaixo da mesa, devo dizer-lhe que não há: há montes de documentos, há uma quantidade enorme de documentos na Comissão de Economia, Finanças e Plano. V. Ex.<sup>a</sup> deve procurar que os serviços de apoio lhe fornecem esses documentos, porque está lá uma montanha deles sobre o sector empresarial do Estado.

Não faço comentários à intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> sobre a comunicação social. Quem sou eu para falar em nome da comunicação social? ...

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — De certa comunicação social! ...

**O Orador:** — Certamente que a comunicação social terá oportunidade de registar os comentários depreciativos que sobre ela V. Ex.<sup>a</sup> fez! ... Na verdade, não temos medo.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Deixe-me acabar, Sr. Deputado.

Se a discussão sobre as privatizações pode ser feita na Comissão de Economia, Finanças e Plano, que é o lugar adequado para a discussão desses temas, por que é que VV. Ex.<sup>as</sup> se lembram de constituir uma comissão eventual, neste momento e agora? Não, Sr. Deputado, isso é uma questão de estratégia ...

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Dá-me licença que o interrompa Sr. Deputado?

**O Orador:** — Não, Sr. Deputado.

Rcpito, é uma questão de estratégia e, neste caso, há a estratégia do Partido Comunista e a nossa estratégia.

Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, nunca disse que as empresas públicas são o mal dos males. Existe o sector empresarial do Estado, o sector privado, o sector cooperativo e eu não disse nem digo que o sector empresarial do Estado é o mal dos males; no entanto, contesto os problemas, os bloqueamentos e a dimensão do actual sector empresarial do Estado Português. É isso que queremos modificar e eu não disse nem digo que o sector empresarial do Estado é a pior coisa que existe neste país — foi o Sr. Deputado que o disse. Não sei se pensava que eu tinha essa ideia, mas devo dizer-lhe que nunca a tive. O Sr. Deputado sabe perfeitamente que, em anos passados, quando estava ligado ao Ministério da Indústria, tomei posições perfeitamente claras sobre esta matéria.

Perguntou-me ainda por que é que nunca foi agendada na Comissão de Economia, Finanças e Plano a análise do sector empresarial do Estado. Sr. Deputado, nas legislaturas anteriores, a maioria era outra, não era do PSD. Por que é que essa maioria nunca propôs o agendamento da discussão das empresas públicas? Por que terá sido? Fomos nós que tivemos a culpa? Nós, que éramos minoria? Ó Sr. Deputado! ...

Relativamente à constituição de uma subcomissão da Comissão de Economia, Finanças e Plano, devo dizer que a sede própria será a Comissão, onde se poderá discutir essa matéria.

**O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID):** — Mas está ou não de acordo?

**O Orador:** — Discutiremos essa matéria na Comissão de Economia, Finanças e Plano.

O Sr. Deputado está a tentar que eu diga «sim» ou se «não», mas também eu já ando há algum tempo nisto e, efectivamente, a minha estratégia é diferente da sua.

*Aplausos do PSD.*

Ao Sr. Deputado Manuel dos Santos também tenho de dizer que a minha intervenção foi factual. Por mancira de ser e por formação, talvez eu tenha mais tendência para a objectividade, para os factos em si, mas, enfim, não considero, de maneira nenhuma, desprezar e até apreciar imenso a intervenção ideológica — e volto a dizê-lo — que V. Ex.<sup>a</sup> fez. Contudo, na minha estratégia, não quis minimizar o debate, mas dizer que o debate sobre as privatizações, a análise destes assuntos importantes vai começar quando discutirmos aqui, no Plenário (e, antes disso, na Comissão de Economia, Finanças e Plano), a proposta de lei n.º 17/V, que revê o regime de participações do sector público e procede à concentração dos princípios gerais a ela relativos, e a proposta de lei n.º 18/V, que autoriza as empresas públicas a serem transformadas em sociedades anónimas de maioria de capitais públicos, assim como outros documentos e outra legislação que oportunamente aparecerá.

É nesta sede e com estas matérias que vamos começar a discussão sobre as privatizações e não agora, com a proposta de criação de uma comissão eventual. A proposta do Partido Comunista de criação de uma comissão eventual é, pura e simplesmente, ressonância para a opinião pública.

Quanto à constituição de uma subcomissão da Comissão de Economia, Finanças e Plano, na sede própria teremos ocasião de discutir essa questão.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes.

**O Sr. Silva Lopes (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de que a Assembleia da República proceda à análise do sector empresarial do Estado merece o apoio do Grupo Parlamentar do PRD. Não parece, porém, que a discussão dessa proposta deva ser misturada com as propostas de privatização parcial das empresas públicas de que, dentro em breve, a Assembleia da República terá de se ocupar. Nesse aspecto, a nossa posição é diferente daquela que foi tomada nesta discussão quer pelo PCP quer pelo PSD.

As nossas justificações para a criação da comissão eventual para análise do sector empresarial do Estado são outras.

O sector empresarial do Estado tem tal importância na nossa economia que bem justifica que a Assembleia da República lhe dê uma atenção prioritária e proceda, todos os anos, à sua análise. Aliás, isso é feito regularmente noutros países europeus onde o sector empresarial do Estado é importante. A análise do sector empresarial do Estado deve, assim, ser uma das funções de fiscalização da Assembleia da República previstas na Constituição, que, no entender do meu Grupo Parlamentar, são essenciais.

É verdade que o Governo tem fornecido à Assembleia da República algumas informações sobre o sector empresarial do Estado, nomeadamente no quadro dos elementos que acompanham a proposta de Orçamento, como, aliás, está previsto na Lei do Enquadramento Orçamental. Simplesmente, há duas limitações importantes a respeito da utilização desses elementos para efeitos da análise da situação das empresas públicas por parte da Assembleia da República.

A primeira limitação é a de que o período de análise da proposta orçamental é extremamente curto. Esse período é exaustivamente preenchido pelas tarefas complexas de análise e discussão das matérias mais directamente relacionadas com o Orçamento. Não sobra, por isso, tempo nem tem havido possibilidade prática para analisar em condições satisfatórias, a situação do sector empresarial do Estado, como a experiência claramente demonstra.

**O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!**

**O Orador:** — A segunda limitação é a de que as informações sobre empresas públicas fornecidas pelo Governo à Assembleia da República, embora tenham alguma utilidade, são claramente insuficientes para permitir uma análise devidamente fundamentada sobre a situação e os problemas desse sector. São de apontar, por exemplo, a falta ou a insuficiência de informações sobre aspectos como a evolução da produtividade, os encargos de serviço público, a relação dos encargos de serviço público com as indemnizações compensatórias, a política de investimentos e os programas de saneamento económico e financeiro nas empresas em dificuldades.

Surpreende-me, por isso, que o Sr. Deputado Guido Rodrigues considere, perante esta Câmara, que o Governo tem fornecido à Assembleia da República informações satisfatórias sobre o sector empresarial do Estado.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Gostaria que o Sr. Deputado Guido Rodrigues explicasse onde é que, nas informações do Governo — que estudei atentamente —, estão respostas para estes elementos que acabo de apontar e que são essenciais para a análise do sector empresarial do Estado.

Também não é correcto dizer-se que encontramos no relatório do Prof. Vciga Simão todos os elementos de informação de que carecemos. Esse relatório tinha mérito, mas já foi publicado há três ou quatro anos. Actualmente, está bastante desactualizado e, além disso, cobre apenas uma parte do sector empresarial do Estado — tanto quanto sei sobre apenas empresas industriais, deixa de fora uma parte importantíssima como é o sector dos transportes, o sector da banca ou o sector dos seguros. Portanto, a invocação desse exemplo também me parece um fraco argumento.

É por isso que a proposta de que a Assembleia da República inicie um trabalho especial de análise da situação empresarial do Estado é extremamente importante e merece ser apoiada.

Essa análise não tem de estar necessariamente relacionada com as propostas de privatização parcial das empresas públicas, como aliás referi. Ela deve incidir, em meu entender, não só sobre as empresas que têm potencialidades de vir a ser privatizadas, mas também sobre as empresas que, pela sua natureza, pela natureza das suas entidades, continuarão necessariamente no sector público.

Em face do exposto, gostaria de apresentar as seguintes conclusões: em primeiro lugar, é importante que a Assembleia da República aprove a constituição da comissão eventual que aqui estamos a discutir. O PSD, como partido maioritário, propõe-se, pelos vistos, inviabilizar a constituição dessa comissão. Esse será um atentado extremamente grave contra os poderes de fiscalização da acção do Governo pela Assembleia da República, que são reconhecidos na Constituição.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

**O Orador:** — A posição anunciada pelo Sr. Deputado Guido Rodrigues de que a Assembleia da República pode resolver os problemas através da 5.ª Comissão não me parece proporcionar uma resposta satisfatória para este problema. A 5.ª Comissão tem funções extremamente dispersas e não tem, portanto, grandes possibilidades práticas de se debruçar sobre um problema com a complexidade como é este da análise da situação das empresas públicas. Aliás, por alguma razão a Comissão nunca procedeu a essa análise! Não procedeu porque não tem possibilidades práticas de o fazer.

Outra conclusão que gostaria de apresentar é de que o prazo de três meses para a conclusão dos trabalhos da comissão cuja constituição estamos a discutir não se figura suficiente para uma análise satisfatória. Para se proceder a essa análise com a qualidade técnica que a importância do tema bem justifica seria necessário, em meu entender, um prazo maior: talvez de uns seis meses. Seria necessário, além disso, que a comissão a constituir fosse apoiada por um ou dois técnicos devidamente qualificados para ajudar na elaboração do relatório a apresentar.

Em terceiro lugar, seria necessário que o Governo mostrasse diligência e boa vontade no fornecimento em tempo útil de todos os elementos informativos necessários para a análise dos aspectos importantes da actividade do sector empresarial do Estado, como aqueles que há pouco referi, ou seja, elementos informativos sobre preços, sobre produtividade, sobre investimentos, sobre planos de saneamento económico e financeiro, etc.

Seria bom que a discussão a respeito da constituição da comissão eventual para a análise do sector empresarial do Estado fosse animada pelo propósito de esclarecer a Assembleia da República, no quadro das suas responsabilidades constitucionais, sobre o que se está a passar nesse sector e sobre quais são os seus problemas. É de lamentar que o PSD tenha tomado a posição de encarar esta discussão como mais um caso de confronto político entre o Governo e a oposição.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — É, por isso, de lamentar, e será extremamente grave, que essa posição venha a levar a que a Assembleia da República e a opinião pública continuem com uma informação altamente incompleta e totalmente distorcida sobre a evolução da situação e perspectivas das empresas públicas que maior projeção têm sobre a economia nacional.

Não é isso o que acontece em outros países da CEE. O PSD gosta muito de invocar o exemplo dos outros países da CEE, pois bem, recomendo-vos que estudem o que é que se passa, por exemplo, no Reino Unido a respeito das discussões no seu Parlamento sobre o sector empresarial do Estado e que imitem esse exemplo aqui no Parlamento Português.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Considero, por isso, que a posição do PSD a respeito da constituição desta comissão eventual é um atentado contra os poderes de fiscalização da Assembleia da República e é, portanto, um atentado contra a democracia.

*Aplausos do PS, do PCP e do PRD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

**O Sr. Vieira de Castro (PSD):** — Sr. Deputado Silva Lopes, queria pedir-lhe esclarecimentos, pois estive atento à sua intervenção e gerou-se-me alguma confusão.

Na parte inicial do seu discurso, o Sr. Deputado disse que o Governo, de facto, envia informação sobre o sector empresarial do Estado; contudo, ela vem, em anexo à proposta de lei do Orçamento do Estado e a Comissão de Economia, Finanças e Plano não tem muito tempo para estudar essa informação respeitante ao sector empresarial do Estado.

Parece poder concluir-se, portanto, que ninguém nega à Comissão — o Sr. Deputado não nega, nós também não — competência para fazer a análise do sector empresarial do Estado. Só que, quando está a decorrer a discussão do Orçamento do Estado, existe escassez de tempo. Competência e capacidade são uma coisa, escassez de tempo é outra!

Na parte final do discurso do Sr. Deputado, V. Ex.<sup>4</sup> afirma que é puramente indispensável criar uma comissão e a sua última frase suscita-me alguma preocupação. O Sr. Deputado diz que a não criação da comissão eventual é um atentado à democracia. Porquê, Sr. Deputado? A Comissão de Economia, Finanças e Plano não tem exactamente o mesmo direito à informação que tem qualquer comissão eventual?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Deputado Silva Lopes, ouvi, com o respeito que merecem sempre as intervenções de V. Ex.<sup>4</sup>, aquela que fez hoje sobre este tema e por isso pergunto-lhe o seguinte: o Sr. Deputado Silva Lopes entende que as considerações que fez na sua intervenção e as conclusões com que terminou têm alguma coisa a ver com as considerações e a proposta de resolução do Partido Comunista?

Finalmente, Sr. Deputado Silva Lopes, será apenas através da constituição desta comissão que a Assembleia poderá concretizar o direito à informação? Sem dúvida que este é um direito que lhe assiste e que não lhe tem sido completamente facultado; estou inteiramente de acordo com V. Ex.<sup>4</sup>, Sr. Deputado!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Deputado Silva Lopes, como sabe, tenho a maior consideração e o maior apreço por si. No entanto, é evidente que quanto à citação que o Sr. Deputado fez das informações de que necessitava ainda relativamente às empresas públicas (evolução dos preços e da produtividade, os encargos, as indemnizações, etc.), se calhar, não partilho da mesma opinião que o Sr. Deputado. O senhor acha que as informações sobre o sector empresarial do Estado e sobre as empresas públicas, uma a uma, são determinadas e eu poderei entender que, porventura, não serão essas as mais relevantes; serão talvez menos relevantes ou serão mais ... neste caso entendo que serão menos. Mas passemos à frente porque esta é uma parte secundária.

V. Ex.<sup>4</sup> refere — e registo com apreço — que o Governo forneceu alguma informação significativa sobre as empresas públicas. Sr. Deputado, na Comissão, que actuação é que o PRD teve no sentido de procurar aprofundar essas informações, de procurar discutir essa matéria em profundidade? Lembro que nessa altura, quer na Assembleia quer na Comissão, o PRD, o PS e o PCP eram maioritários e, portanto, tinham sempre essa possibilidade de aprofundar as informações. Por que é que isso não se fez, Sr. Deputado?

Por outro lado, o Sr. Deputado diz que o relatório do Sr. Prof. Veiga Simão está desactualizado. Na verdade, está desactualizado, tem cerca de dois anos e não inclui as empresas públicas não financeiras e outros organismos. Quanto a isto tem toda a razão. Mas, então, Sr. Deputado, qual foi a actuação do PRD na Comissão de Economia, Finanças e Plano com vista a discutir essas informações, a procurar aprofundá-las e a pedir mais esclarecimentos ao Governo? Por que é que isso não foi feito?

E por que é que o Sr. Deputado classifica de atentado grave à capacidade de fiscalização da Assembleia o facto de dizermos que a Comissão de Economia, Finanças e Plano poderá sempre discutir estas matérias em profundidade, com seriedade, com plena lisura? Por que terá de ser uma comissão eventual?

V. Ex.<sup>4</sup>, na realidade, apresentou um argumento que é interessante, pois dissocia esta iniciativa do Partido Comunista da análise do problema das privatizações, da análise das propostas de lei que existem. Nesse aspecto, era capaz de estar de acordo consigo, Sr. Deputado. Talvez se devesse encarar esta problemática de forma diferente; talvez na Comissão devéssemos começar a discutir as propostas de lei n.º 17/V e 18/V e, no decurso dessa discussão — o Sr. Deputado e todos nós —, poderíamos solicitar aqueles esclarecimentos que fossem pertinentes para a matéria.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes. Dispõe de seis minutos.

**O Sr. Silva Lopes (PRD):** — Sr. Deputado Vieira de Castro, no que respeita à discussão pela 5.<sup>a</sup> Comissão da informação que acompanha o Orçamento, o argumento que utilizei na minha intervenção não foi só o de que a Comissão tinha pouco tempo, foi também — e isso serve para responder a outras perguntas que me colocaram — o de que a Comissão tem tarefas muito mais complexas de que se ocupar e por isso não pode dedicar tempo suficiente a uma análise de problemas como estes. Aliás, por alguma razão se entendeu, por exemplo, que a Comissão de Economia, Finanças e Plano tinha de ser separada em duas,

criando-se uma comissão de indústria, comércio e turismo: aquela Comissão tinha tarefas a mais. Assim, o facto de se incluir ainda nos trabalhos da Comissão a análise de um problema tão complicado e tão profundo como este, viria a complicar mais as coisas.

Desta maneira, procurei tornar claro na minha intervenção — e respondo também ao Sr. Deputado Nogueira de Brito — que as razões por que defendo a criação desta comissão não são as mesmas que constam dos considerandos do PCP. Considero que isto devia ser um exercício normal, feito todos os anos pela Assembleia da República, na base de um trabalho técnico e não ideológico e desligado completamente deste problema que se nos põe agora da privatização ou não privatização de empresas do sector empresarial do Estado.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aliás, mencionei que esta análise deve incidir igualmente sobre empresas com potencialidades de virem a ser privatizadas e sobre empresas que permanecerão no sector empresarial do Estado.

**Vozes do PS e do PRD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A razão por que entendo que deve haver uma comissão especial para este escrito é a de que deve ser feito um trabalho técnico profundo e esta comissão devia dispor pelo menos de seis meses e ter o apoio de técnicos qualificados para procederem às análises necessárias. Essas condições não existem actualmente na Comissão de Economia, Finanças e Plano e, assim, penso que a criação desta comissão eventual é extremamente importante.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Deputado, dá-me licença?

**O Orador:** — Faça favor.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Na realidade, o nosso desacordo fundamental está na medida da informação que V. Ex.<sup>8</sup> acha ser precisa para a discussão, nesta Câmara política, do sector empresarial do Estado, das empresas públicas uma a uma. É aí que está a nossa grande diferença.

**O Orador:** — Já tinha percebido isso, Sr. Deputado Guido Rodrigues, e ainda bem que levantou esse problema. É que não podemos fazer uma apreciação política capaz na base de dados técnicos insuficientes e os dados que o Governo nos fornece não dão respostas a estas questões que pus. Não sei como está a evoluir a produtividade das empresas públicas, não sei como estão os planos de saneamento financeiro das empresas em dificuldades, não sei o que se passa com a Siderurgia, não sei o que se passa com os estaleiros navais ... Pode ser que o Sr. Deputado saiba, mas eu não sei.

Estive a estudar com atenção, antes de vir para aqui, os elementos que o Governo nos enviou a propósito da discussão orçamental e vi qual é a informação que lá está. Está lá alguma informação contabilística, mas nada mais; o Sr. Deputado satisfaz-se com isso mas eu não! A informação que temos é muito insatisfatória.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa de novo?

**O Orador:** — Faça favor.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — Sr. Deputado, mas então, se necessita de mais elementos, porque não os pede?!

**Vozes do PCP:** — Estão pedidos!

**O Orador:** — É por isso mesmo que propomos esta comissão.

**O Sr. Guido Rodrigues (PSD):** — É completamente diferente, Sr. Deputado. Uma coisa é a comissão eventual que o Partido Comunista está a propor e outra coisa são as informações de que V. Ex.<sup>8</sup> ainda necessita.

**O Orador:** — Sr. Deputado, não gosto de invocar experiências pessoais, mas, já agora, queria dizer o seguinte: em tempos fui encarregado por um ministro da AD de presidir a uma comissão para a análise da situação de algumas empresas públicas. A comissão a que presidi tinha, aliás, técnicos competentes e demorou alguns meses para fazer um estudo sobre os cimentos e outro sobre a Rodoviária Nacional. Penso que foram necessários alguns meses para proceder a esses estudos e chegámos ao fim razoavelmente esclarecidos.

Não penso que devêssemos ter estudos tão profundos como aqueles que na altura fizemos, mas da experiência que tive fiquei com uma boa sensibilidade sobre aquilo que tem de ser estudado para que se possa avaliar uma empresa pública.

Realmente surpreende-me, Sr. Deputado Guido Rodrigues — por quem tenho a maior consideração e cuja competência muito prezo e aprecio —, que considere suficientes os elementos de que dispomos para fazer juízo sobre as empresas públicas. Gostava muito de saber como está a Siderurgia, mas não sei; com os elementos que temos, não sabemos.

Não sei se há mais alguma resposta, como eu respondi globalmente ...

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Dá-me licença, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faça favor Sr. Deputado.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Deputado Silva Lopes, V. Ex.<sup>8</sup> agora invocou experiências pessoais e desse modo pedia-lhe o grande favor, dada a sua autoridade com que é recebida a sua palavra na Câmara, de invocar também uma outra experiência, a de uma comissão que constituímos nesta Assembleia, com a maior boa vontade, para a apreciação das contas atrasadas — e não estou a criticar V. Ex.<sup>8</sup> porque também sou membro dela — e qual foi o resultado da constituição dessa comissão.

Por outro lado, pretendo saber se, efectivamente, este será um mico que nos permita obter informações que, neste momento, não existem e não estão ao dispor do público.

**O Orador:** — De facto, essa comissão não pôde concluir os trabalhos dentro do tempo previsto porque continuam a faltar muitos elementos que foram solicitados ao Governo e que não chegaram.

**O Sr. João Corregeredor da Fonseca (ID):** — Toma!

**O Orador:** — Aliás, no processo da Comissão existe uma lista de todos esses elementos solicitados ao Governo.

**A Sr. Ilda Figueiredo (PCP):** — Exactamente!

**O Orador:** — Quando a Assembleia da República foi dissolvida elaborei um ralatório, que deve existir nos arquivos dos serviços, apontando exactamente quais os elementos que faltavam. Aliás, foi por isso que eu disse no meu discurso que, para que esta Comissão funcionasse e produzisse os resultados necessários, precisava que o Governo mostrasse diligência e boa vontade no fornecimento, em tempo útil, de todos os elementos informativos necessários para análise de aspectos importantes à actividade do sector empresarial do Estado. Infelizmente isso não aconteceu nessa Comissão.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O CDS dispõe de oito minutos.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS interroga-se — interrogação que, aliás, já hoje foi repetida nesta Câmara — sobre o que é que verdadeiramente se pretende com esta iniciativa.

Será que, no aconchego de uma comissão, os Srs. Deputados Octávio Teixeira e Carlos Carvalhas nos vão revelar mais claramente os lobbies e as negociatas a que hoje fizeram referência? Seria bom que assim fosse.

Devo dizer-lhes, Srs. Deputados, que não conheço nenhum lobby nem nenhuma negociata, a não ser aquelas que leio nos jornais. Porém, quando os conhecer, podem estar certos de que os revelo em Plenário. De resto, a referência a lobbies já me levou a protestar publicamente contra um abusivo discurso do Sr. Primeiro-Ministro que falou em lobbies a propósito da Assembleia da República; portanto, quando voltarmos a falar em lobbies na Assembleia, façam votos para que ponhamos o nome completo às coisas.

Julgo, pois, que não é isso que se pretende com esta iniciativa. O que se pretende é sem dúvida o prolongamento da discussão em torno da impropriamente chamada Ici das privatizações.

O PCP começou, portanto, por arguir a inconstitucionalidade da proposta; agenda agora a criação desta comissão de modo a conseguir juntar argumentos para defender o indefensável, ou seja, o sector público empresarial do Estado, que julga — mas julga só o PCP — ameaçado.

Simplesmente, além de condenada ao inêxito, a tarefa de qualquer comissão que vise demonstrar a bondade da intervenção directa do Estado na economia, tal como foi concretizada em 11 de Março de 1975, não tem razão de ser o alarme que motiva a proposta do PCP.

Com efeito, o que está em causa, com a, de certo modo, já iniciada discussão da proposta de Ici n.º 18/V, não é propriamente o desmantelamento do sector empresarial do Estado, como tem o PCP, mas apenas o delincamento de uma certa forma de associação de entidades privadas e empresas nacionalizadas, como bem se salienta no voto do conselheiro Cardoso da Costa já aqui citado na passada sessão.

Pode, portanto, acalmar-se o PCP, pois não haverá, ao menos para já, desmantelamento, mas, ao contrário, organização de cuidados intensivos e especiais para salvaguarda de algumas empresas — não se sabe quais — em particular, e do sector público em geral.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Que outra coisa não será com efeito, esta associação de elementos habituados à racionalidade económica, destinada a funcionar como verdadeira transfusão de sangue novo, e que outra coisa não será, também, a utili-

zação dos resultados das vendas das participações na correcção dos desequilíbrios financeiros do sector empresarial do Estado?

Portanto, o motivo não existe, uma vez que o que está em causa é apenas como o confessa o Governo, a racionalização e modernização do sector público empresarial.

Tarefa mais que ciclopica — admite o CDS — ésta de racionalizar o naturalmente irracional e modernizar o verdadeiro símbolo do passado, mas a que, pelos vistos, o Governo pretende fazer face. Não desmantelar, mas melhorar, Sr. Deputado Octávio Teixeira, racionalizando e modernizando.

Mas não havendo este motivo não vemos que se justifique, de outro modo, a criação da comissão. E vamos dizer porquê.

A questão, com efeito, é uma questão política, como é de todos sabido — ah, sim!, nós assumimo-la como questão política —, apesar das opiniões já aqui diversamente manifestadas, para cuja discussão existe e está à disposição de todos abundante informação e pareceres técnicos. Não há melhor e o Governo também não vai, com certeza, fornecer-lhos. Não vai dizer porque é que nomeou o gestor A ou o gestor B, o que fez o gestor A ou que negócio fez o gestor B. Não contemos com isso, Srs. Deputados.

Não é por isso necessário acrescentar o trabalho de mais uma comissão para melhor esclarecer dados técnicos que já existem, para fundamentar uma discussão que, quando chegar a sua altura, há-de ser uma discussão política.

Volvidos doze anos, tudo está já esclarecido. Em nosso entender e no da generalidade das pessoas que se dubruçam e pensam sobre o assunto, não houve qualquer racionalidade a inspirar a política de nacionalizações, mas apenas o objectivo, também político, de controlar, pelo poder político revolucionário marxista, a economia do País, assim como continuou a não haver racionalidade económica na gestão desse sector e nas decisões a ele referentes.

E os maus resultados, que até o Partido Comunista não consegue sofismar e que admite, estão aí a demonstrá-lo. Só que o conjunto de circunstâncias que o PCP considera como maculadoras da pureza do sector público da economia são, no fundo, inerentes à própria natureza política do sector.

A sucessiva intervenção da tutela governamental na gestão das empresas decorre, naturalmente, da sua própria natureza pública e não será mais do que um modo de conceder a subordinação do poder económico ao poder político.

E, do mesmo modo, a partidarização dos critérios de escolha dos gestores não será mais do que a consagração de um critério político resultante da subordinação do poder económico ao poder político — obviamente mau, estou inteiramente de acordo com os Srs. Deputados do Partido Comunista Português —, a sobrepor-se aos critérios de pura racionalidade económica, os únicos convenientes do ponto de vista da gestão equilibrada e eficiente dessas empresas como de quaisquer outras.

Quanto ao mais, aí estão elevadíssimos montantes desviados para o investimento nas empresas públicas até 1981, pelo menos, em detrimento do financiamento dos sectores privados da economia, atenta a reduzidíssima capacidade de autofinanciamento por essas mesmas empresas evidenciada. E aí estão os 200 milhões de contos mal investidos no período de 1977 a 1983, pelo menos — e alguém interrogou o Sr. Ministro Veiga Simão sobre os que foram investidos antes de 1977, dos quais, como ele dizia, 120 milhões eram já irrecuperáveis.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — O Morais Leitão era, na altura, Ministro das Finanças!

O Orador: — Srs. Deputados, isto, no sector privado e num país com racionalidade económica, quando acontece é inevitavelmente a falência!

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, vou ser muito rápido, por uma questão de tempo.

De facto, quem está a querer prolongar a discussão do projecto de ontem é o CDS, que continua a bater no mesmo problema. Não temos de prolongar esse debate. Eles estão interligados, mas isso é outra questão.

O senhor não pode esquecer que este projecto de deliberação foi apresentado em 15 de Outubro de 1987, que esteve agendado para Dezembro, antes da apresentação das propostas do Governo e só não foi discutido no Plenário por questões relacionadas com o Orçamento de Estado. Os senhores é que estão a querer, ao fim e ao cabo, prolongar este debate.

Fundamentalmente, pretendo dizer-lhe que estamos totalmente de acordo quanto ao facto de ser uma questão política que está em jogo e foi isso que referimos já mais de uma vez. No entanto, o que pretendemos é que essa questão política, que é uma questão de fundo, não seja colocada, em termos públicos, como uma questão que não tem nada a ver com a política e que só tem a ver com questões técnicas. É isso que o Governo está a fazer, quando o Primeiro-Ministro vem aqui apresentar valores que não existem e muitas, muitas outras razões.

O que pretendemos é que isto não continue a suceder perante a opinião pública, mas que se faça uma discussão política com bases sólidas, para que não haja mais sofismas, pois já existiram muitos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Nogueira de Brito gastou os oito minutos que lhe restavam.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — O PCP dá-me um minuto?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Trinta segundos!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Nogueira de Brito estava ainda na luz amarela quando terminou a sua intervenção e isso significa que tinha, pelo menos, trinta segundos, o que, com os trinta que lhe dá o PCP, perfaz um minuto.

Tem, pois, a palavra.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, a cronologia dos factos é por si só esclarecedora. Os senhores agendaram este assunto para 15 de Outubro ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Por causa do Programa do Governo!

O Orador: — Ora bem, porque os senhores julgaram que o Governo cumpria o seu Programa, mas não cumpre, julgaram que cumpria mas, desde logo, tiveram a vossa favor um elemento importante: é que o Governo, para

cumprir o seu Programa — há pouco referi-me aos ministros em férias —, não devia ter ido para férias. O Governo, depois de aprovar o Programa, devia ter convocado a Assembleia para aprovar esta lei das privatizações e, então, teria tido oportunidade de colocar no mercado uma oferta de títulos numa altura em que ela de facto fazia falta e numa altura em que tinha razão de ser. Mas não o fez e isto agora não tem razão de ser!

Os senhores aproveitaram a inércia do Governo, a preguiça do Governo ...

**Vozes do CDS e do PRD:** — Muito bem!

O Orador: — ... — foi o que aconteceu —, e apresentaram, em 15 de Outubro, esta iniciativa. E por que é que a agendaram agora? Aproveitando o conjunto de matérias a discutir, querem dar ao Governo a honra de ele ter cumprido as suas promessas?! Mas não é verdade! O Governo não cumpriu as suas promessas eleitorais!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para protestar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, o meu protesto é efectivamente pela maneira como V. Ex.<sup>a</sup> se dirige ao Governo, dizendo que este teria de fazer, no *timing* em que o senhor entende, as privatizações para cumprir o seu Programa. É evidente que isso não é possível, Sr. Deputado. Isso só se pode dizer por brincadeira!

Dizer que o Governo foi para férias, isso é alguma coisa de real, alguma coisa que tem sentido? Isso não tem sentido nenhum! Realmente só por brincadeira é que posso encarar as suas palavras.

Quanto ao Governo, é certo que vai cumprir o seu Programa, mas as coisas não se fazem num dia, não se fazem num mês.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Pois não! A este governo não é possível!

O Orador: — O Sr. Deputado sabe que há mais de um decénio que existem problemas relacionados com a génesis do sector empresarial do Estado e, por isso, não serão demais alguns meses para cumprir o que o Programa prevê nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Também para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, não vou protestar; sou incapaz de dizer que vou fazer uma coisa que na realidade não vou fazer. Não vou pedir esclarecimentos nem vou protestar, quero fazer uma curtíssima intervenção no meu tempo para ...

O Sr. Presidente: — Se é para fazer uma intervenção, lamento dizer-lhe, mas fica inscrito na ordem e na sequência das inscrições.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, talvez não justificasse, pois trata-se apenas da utilização de quinze segundos; porém, accito o critério de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa. O seu grupo parlamentar dispõe de oito minutos.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate em torno da situação do sector empresarial do Estado que o Governo pretende desmantelar a todo o custo, contra a Constituição e contra a lei, ocorre num momento de agravamento das tensões sociais, no quadro de uma ofensiva aos direitos dos trabalhadores, designadamente através do pacote de liberalização dos despedimentos, enquanto os acontecimentos da INDEP marcam um novo estilo de sinais preocupantes, já que da agressão social dos salários em atraso se passa à agressão física de quem se vê violado numa das mais significativas expressões do direito à vida: o direito ao salário.

Estas questões estão indissociavelmente ligadas.

Os trabalhadores têm sempre reclamado a necessidade de se realizar uma profunda e transparente análise às questões que hoje se colocam ao sector público, tanto no plano económico como no plano social.

Têm-no feito com a consciência de que a reestruturação do sector é condição essencial para o desenvolvimento independente e para o progresso do País, porque ele contribui de forma importante para a situação do emprego e para a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Estes não se têm limitado apenas à defesa concreta dos seus postos de trabalho. Exercendo direitos que a Constituição e a lei lhes conferem, têm-se batido pela participação e intervenção democrática na vida das empresas e dos sectores, propondo soluções de reestruturação e viabilização, denunciando situações de corrupção, incompetência e clientelismo por parte da gestão das empresas, resistindo a uma política contrária ao desenvolvimento económico e social.

Têm-no feito com um sentimento profundo de que a defesa dos seus direitos e interesses são inseparáveis da defesa das transformações económicas; que a existência daqueles direitos e destas transformações são inseparáveis da própria democracia política.

E tem sido a vida a comprovar a justezza deste sentimento. Os exemplos da liquidação da CTM e CNN, os despedimentos e as reformas compulsivas na Covina, na Sorefamec, os salários em atraso na INDEP e a agressão das forças policiais aos seus trabalhadores, as ameaças que se erguem sobre os trabalhadores da Siderurgia Nacional da Cometa e da Setenave, a repressão sobre algumas comissões de trabalhadores, como foi o caso da Soponata, testou esta dialéctica. O actual governo, na senda de executivos anteriores, enxameia as empresas públicas com os seus favoritos, enquanto os representantes eleitos pelos trabalhadores continuam proibidos de participar na gestão das empresas, direito que lhes está reconhecido na Constituição e na lei.

O Governo e as administrações têmam em manter a paralisação de sectores importantes das empresas, a subutilização dos trabalhadores, o imobilismo, a promoção de contratos a prazo e da precariedade no emprego, ao mesmo tempo que entregam aos sectores privados aquilo que, com vantagem, poderia ser feito pelo sector público.

Seria uma importante contribuição para a transparência da coisa pública que se trouxesse à luz do conhecimento os comportamentos de muitos gestores de empresas do SEE, que, salvo honrosas exceções, se comportam não só como ordenanças do Governo, mas também como servidores dos

interesses de grandes grupos económicos privados, nacionais e estrangeiros; como autênticos membros de comissões liquidatárias.

Mas a questão de fundo situa-se na política que tem sido exercida contra o sector empresarial do Estado por parte de sucessivos governos.

Jugulando empresas, alienando participações e património, não deixando de agir no terreno, o actual Executivo resolve dar um novo salto qualitativo na ofensiva contra as nacionalizações e contra a constituição através de várias propostas de lei.

Tentando iludir aqueles que sabem constituírem um dos maiores obstáculos à sua política restauracionista acena com o denominado capitalismo popular, proclamando que serão os trabalhadores das empresas a desnacionalizar assim como os pequenos aforradores os grandes beneficiados com esta operação inconstitucional.

Bastaria, numa breve retrospectiva histórica, lembrar que antes do 25 de Abril uma parte do capital social das empresas que vieram a ser nacionalizadas estava disseminado por mais de 200 mil aforradores (então como agora empurrados para o caldeirão da especulação bolsista), sem que através dessa dita «democratização» do capital fosse minimamente posto em causa o completo controle e gestão das empresas e da economia por uma dúzia de famílias monopolistas.

Mas mais significativo será sem dúvida que o mesmo Governo que propõe e proclama querer transformar os trabalhadores em accionistas apresente em simultâneo um projecto brutal para despedir e contratar a prazo. Se uma e outra proposta passassem a figura do trabalhador accionista rapidamente se poderia transformar no desemprego, sem trabalho nem acções.

E a provar as reais intenções do Governo aí estão as declarações do Ministro do Emprego, segundo as quais o conceito de estabilidade de emprego estaria ultrapassado. No entender do Ministro, a modernidade é sinónimo de instabilidade e desemprego.

Tais teorias e estas propostas do Governo não têm nada a haver com o progresso, antes representariam um perigoso recuo histórico e social para o capitalismo selvagem do início do século. Por isso o Governo está isolado. Por isso milhares de trabalhadores de todos os partidos repudiam estas propostas.

**O Sr. Jorge Lemos (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O mérito desta iniciativa do PCP reside na questão de saber se é possível realizar sem dramatismos, a partir deste órgão de soberania, uma séria e aprofundada análise a este sector tão importante da vida nacional.

Não constitui um desafio mas uma demonstração de vontade e disponibilidade para confrontar factos, situações, suas causas e efeitos. E essas centenas de milhares de trabalhadores e as suas organizações representativas determinados na defesa dos seus direitos, mas empenhados na defesa dos interesses nacionais, devem não regatear esforços para demonstrar que são os primeiros interessados na existência dessa clarificação, que parece fazer recuar os deputados do PSD e do CDS.

*Aplausos do PCP e da ID.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o PS cedeu um minuto ao CDS.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro, que dispõe de quatro minutos.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projecto de deliberação n.º 4/V não merece a concordância do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata.

Desde logo porque reconhecemos à comissão permanente especializada de Economia, Finanças e Plano competência e capacidade para efectuar a análise requerida. Em segundo lugar, acresce que, integrando cada deputado, simultaneamente, duas a três comissões permanentes especializadas, a constituição de mais uma comissão eventual traduzir-se-ia em acréscima dispersão dos deputados com a inerente redução da desejada eficiência e celeridade do trabalho desenvolvido no âmbito das comissões.

A discordância manifestada e justificada não colide com o direito à informação e debate sobre a situação do sector empresarial do Estado.

É até oportuno recordar que, em anexo à proposta de lei do Orçamento do Estado para o ano corrente o Governo remeteu à Assembleia da República elementos detalhados sobre todas as empresas públicas não financeiras.

Aqueles elementos, datados de 8 de Outubro de 1987, foram preparados pela Inspeção-Geral de Finanças, mediante solicitação do Sr. Secretário de Estado do Tesouro, a partir de uma base de dados e de inspecções efectuadas às empresas.

Além das contas agregadas, respeitantes ao decénio de 1977-1986, relativamente a cada empresa, os mencionados elementos incluem:

Apresentação da empresa, sua caracterização económica-financeira e observações sobre as respectivas contas;

Os balanços e demonstrações de resultados dos exercícios de 1977 a 1986, e ainda

Indicadores de gestão e evolução das despesas com pessoal referentes ao período de 1983 a 1986.

Estes dados possibilitam uma avaliação suficientemente precisa sobre a situação das empresas a que se reportam (o Sr. Deputado Carlos Carvalhas dispõe seguramente destes elementos).

Todavia, se alguma comissão entender chamar a si a análise do sector empresarial do Estado, o Governo prestará, como sempre faz, toda a informação disponível.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — A ver vamos!

O Orador: — Finalmente, um comentário à fundamentação do projecto de deliberação n.º 4/V.

Não se estranha que perante a certeza de que, finalmente, vai ter lugar a reforma do sector empresarial do Estado, redobre o clamor de que está em curso mais um atentado às nacionalizações.

O interesse do País, porém, reclama a urgente redução da intervenção do Estado, para que também a actividade económica seja mais livre.

Assim, e de acordo com o seu Programa, o Governo vai fazer aquela reforma.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um requerimento, subscrito pelo Partido Comunista Português, que requer a votação do projecto de deliberação n.º 4/V no termo deste debate.

Informo também a Câmara de que o Partido Os Verdes cedeu todo o seu tempo, no total de dez minutos, com a seguinte distribuição: quatro minutos ao PCP, cinco minutos ao PRD e um minuto ao PS.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, atendendo à falta de tempo, gostaria apenas de fazer a seguinte pergunta ao Sr. Deputado Vieira de Castro: foi aqui afirmado existir todo um conjunto de elementos, de que a Assembleia da República não dispõe, tendo sido os mesmos, inclusivamente, especificados e o Sr. Deputado voltou a insistir. Na verdade, conheço a documentação tal como o Sr. Deputado a conhece, mas existem afirmações que foram aqui produzidas pelo Sr. Primeiro-Ministro que são falsas — nós afirmamos que são falsas e demonstramos isso mesmo —, sendo efectivamente necessário que estas afirmações e outras, que são feitas por «certa» comunicação social, fossem desvendadas. Dever-se-ia também acompanhar toda a situação, quer das empresas público-financeiras, quer financeiras. E onde é que se faz isso, Sr. Deputado?

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de responder.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, sei que tem direito a responder, mas neste momento não dispõe de tempo.

*Pausa.*

Srs. Deputados informo que, após algumas cedências de tempo, os grupos parlamentares podem dispor dos seguintes tempos: o PSD dispõe de um minuto; o PS de quatro minutos, o PCP de quinze minutos, o CDS de três minutos, a ID de sete minutos, tendo Os Verdes cedido todo o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, creio que na sua intervenção não quis pôr em causa a clarice e a seriedade dos elementos a que me referi e que foram elaborados pela Inspeção-Geral de Finanças.

Relativamente às críticas que fez às afirmações proferidas pelo Sr. Primeiro-Ministro, esclareço que tais informações se basciam em números de que o Governo dispõe relativamente ao sector empresarial do Estado. Certamente que V. Ex.<sup>e</sup> poderá ter outros números, obtidos em fonte que, se me permite, em nosso entender, não terá a mesma qualificação que a fonte do Governo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel dos Santos.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta intervenção, muito rápida, começo por registar a minha estupefação pelo convite que o Sr. Deputado Nogueira de Brito fez ao Governo para especular na Bolsa de Valores, através do lançamento de OPVs. Recordo que o Sr. Deputado Nogueira de Brito — se entendi mal, ele terá oportunidade de esclarecer — referiu que o Governo devia ter reunido em Agosto ou Setembro e, imediatamente a seguir, devia ter reprivatizado e lançado as OPVs das empresas públicas.

Ora, nós sabemos que nessa altura se vivia um clima extremamente especulativo na Bolsa de Valores, que havia imensa gente a ser prejudicada com a forma como

funcionava essa componente essencial do mercado de capitais. Por isso foi com alguma estupefacção que ouvi o Sr. Deputado Nogueira de Brito — sobretudo depois do seu partido ter, nesta Câmara, em altura oportuna, denunciado a situação — estimular, de alguma forma, a intervenção especulativa do Governo.

Relativamente ao debate que nos ocupou durante uma boa parte desta tarde, permitia-me também manifestar alguma estupefacção, pois pareceu-me ser possível contrar uma linha de consensualidade bastante nítida.

Por um lado, temos a proposta do PCP no sentido da constituição de uma comissão eventual, por outro o apoio do PS, embora com uma fundamentação completamente diferente daquela que esteve na origem da proposta do PCP. Temos depois a aquiescência do PSD sobre os juízos que aqui foram formulados relativamente à necessidade de informação sobre o sector empresarial do Estado e, de algum modo, tivemos também o acordo do CDS, que, apresentando alguns casos concretos, apenas nos questionou sobre a utilidade de constituirmos uma comissão que viesse no futuro a revelar-se impossibilitada de cumprir a sua missão.

Portanto, a meu ver, existe uma linha de consenso, relativamente alargada, e, nesse sentido, o Partido Socialista não entende que não seja possível votar o que realmente se vota desta proposta de deliberação.

Na realidade, a Câmara, ao votar favoravelmente a proposta de deliberação de qualquer partido ou agrupamento parlamentar, apenas assume o articulado dessa proposta, não assumindo os considerandos. Se a votação for precedida de uma ampla, clara e significativa discussão, como aconteceu com a discussão precedente, então quaisquer dúvidas são completamente irradiadas do espírito de qualquer pessoa.

Se a Câmara assim o entender, o que se poderá votar é a constituição de uma comissão para se obter informação suplementar sobre o sector empresarial do Estado. Havendo, ao que parece, um consenso sobre a necessidade de se obter essa informação e alguma dúvida de fé — pois trata-se mais de uma questão de fé por parte do Sr. Deputado Nogueira de Brito —, não entendo como é que o PSD bloqueia esta votação e esta iniciativa.

De qualquer maneira, quero anunciar que o Partido Socialista, juntamente com o PRD, não irá facilitar a vida ao PSD. Esgotará toda a sua capacidade regimental, através da apresentação, sob as mais diversas formas — e também não são muitas —, de propostas complementares e substitutivas da proposta do PCP, para que efectivamente fique provado que, ao contrário do que o PSD afirma, realmente este não quer que a Câmara tenha mais informação sobre o sector empresarial do Estado, mas sim vetar o acesso a essa informação por parte dos partidos da oposição.

#### *Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveu-se o Sr. Deputado Guido Rodrigues. Porém, devo informá-lo de que já não dispõe de tempo.

O Sr. Guido Rodrigues, (PSD): — Sr. Presidente, então pretendo usar da palavra sob a forma de interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, na conferência de líderes parlamentares, por determinação de todos, incluindo do partido a que V. Ex.<sup>a</sup> pertence, ficou assente que a forma de interpelação à Mesa tem de ser a que está prevista no regimento.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Certamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito, que dispõe de três minutos.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostei muito de ouvir a intervenção produzida pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos, mas felizmente que nesta matéria da Bolsa os seus colegas de bancada Vítor Constâncio e João Cravinho perceberam melhor o que se passou.

O que aconteceu foi que em Agosto e Setembro houve um problema de cumplicidade exagerado das cotações por deficiência na oferta. Se o Governo tivesse alimentado essa oferta com estes títulos não estava a especular, mas sim a dar um contributo positivo para resolver o problema. Tudo, agora já não tem nenhum contributo para dar a coisíssima alguma!

E agora vou responder ao PSD, vou referir-me à preguiça e ao desleixo!

E que esta questão, Sr. Deputado Manuel dos Santos, ficou elaboralmente definida com o decreto-lei sobre a SOCARMAR e com o acordão do Tribunal Constitucional.

Nessa perspectiva o Governo, com aquele Programa aprovado pela sua maioria na Assembleia da República, não devia ter ido para férias — ia só agora para férias —, convocava a Assembleia a seguir à aprovação do Programa do Governo e submetia-lhe este problema. Estava, pois, em condições de fazer com que esta abertura ao capital privado desse resultado útil.

Sr. Deputado Manuel dos Santos, essa questão do apoio a um articulado com fundamentações completamente diferentes não tem dado grandes resultados nem ao PS nem ao PRD. Na verdade, esta proposta tem incita, no próprio articulado, aquilo que está explicitado na sua fundamentação, e que é o seguinte: é a constituição de uma comissão para produzir o seu trabalho no espaço de três meses. Não compreendo como é que o Sr. Deputado Silva Lopes lhe poderá dar o seu apoio!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes, que dispõe de quatro minutos.

O Sr. Silva Lopes (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dado sabermos que o PSD vai votar contra este projecto de deliberação que tem estado a ser discutido, anuncio que, nos termos regulamentares, iremos apresentar, com o apoio do PS e também, certamente, do PCP, embora com algumas eventuais modificações de pormenor, um projecto de deliberação que será considerado nos termos regulamentares pela Assembleia da República e que é o seguinte teor:

Os deputados abaixo assinados, considerando a importância do sector empresarial do Estado na economia portuguesa; considerando que as informações sobre as empresas públicas fornecidas pelo Governo à Assembleia da República são manifestamente insuficientes; considerando que a Comissão de Economia, Finanças e Plano, dada a diversidade das tarefas de que tem de se ocupar, não tem possibilidades práticas de proceder a uma análise suficiente

temente fundamentada sobre o sector empresarial do Estado, como, aliás, a experiência tem demonstrado, apresentam o seguinte projecto de deliberação:

1 — É constituída uma comissão eventual para a análise da situação empresarial do sector empresarial do Estado.

2 — A comissão concluirá os seus trabalhos no prazo de seis meses após a tomada de posse.

3 — A comissão será assessorada por dois técnicos devidamente qualificados que a apoiarão no apuramento e processamento das informações e na elaboração do relatório.

4 — O Governo fornecerá à comissão, em tempo útil, os elementos disponíveis sobre empresas públicas que lhe sejam solicitados pela comissão eventual.

5 — A comissão terá a seguinte composição ...

e aqui a proposta é igual à que temos estado a discutir.

Srs. Deputados, ainda não tive oportunidade de discutir este texto com os deputados do PS e do PCP, mas espero obter um certo apoio por parte destes partidos. Teríamos, pois, muito gosto em que o CDS se associasse a nós, porque creio que os argumentos deste partido não são contrários a estes considerandos ou a este articulado. Creio também que o PSD, pela argumentação que produziu, poderia facilmente associar-se a este anteprojecto. Porém, veremos isso quando o assunto vier a ser discutido.

Entretanto, como este assunto só virá certamente a ser discutido daqui a bastante tempo, porque tem de entrar na «bicha» dos projectos de decisão, para ganhar tempo, o PRD, o PS e o PCP proporão, na próxima reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a criação de uma subcomissão para tratar deste assunto. Essa subcomissão irá, portanto, preparando o trabalho para esta comissão eventual, que virá a ser discutida e aprovada daqui a uns meses, se o PSD consentir, a bem do poder de fiscalização da Assembleia da República sobre o Governo.

*Aplausos do PRD, do PS, do PCP, de Os Verdes e da ID.*

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado Silva Lopes, fiquei bastante satisfeito quando V. Ex.<sup>as</sup>, ao fim de algum tempo, alargou ao CDS a possibilidade de sebruçar e assinar essa proposta. Trata-se de uma proposta séria, vamos estudá-la devidamente e vamos, atendendo ao carácter concorrencial da economia portuguesa evidenciado pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos neste debate, estudar o acompanhamento dessa proposta de uma outra que visa o sector privado da economia portuguesa e o sector cooperativo, que tão sacrificados têm sido por medidas irradíssimas de vários governos que se têm sucedido no poder.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Assim ficamos a saber tudo!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes, que dispõe de um minuto.

O Sr. Silva Lopes (PRD): — Folgo com a posição que o Sr. Deputado Nogueira de Brito anunciou. Quanto ao estudo do sector privado e cooperativo é evidente que será uma tarefa muito mais complexa e, se for esta comissão a

fazê-la, teremos de ter, em vez de seis meses, talvez dois anos. Penso, de facto, que é um assunto que merece ser estudado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — A CIP é que não está de acordo! Quando a CIP souber!...

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Carlos Carvalhas, que dispõe de cinco minutos.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ficou claro neste debate a posição do PSD. O PSD não quer ser confrontado com uma comissão que possa garantir o rigor da análise da situação das empresas públicas e quer que, à transparência, se sobreponham as águas turvas, para que continue a ter a possibilidade de fazer as informações que quiser sobre as empresas públicas, para que o Sr. Primeiro-Ministro possa vir aqui dizer que as empresas públicas dão prejuízo de tantos e tantos milhões de contos, para que o Sr. Ministro das Finanças possa também fazer as informações que quiser e para que os Srs. Deputados Guido Rodrigues e Correia Afonso possam também repetir nas «antenas 1», nas «antenas 2» ou nas «antenas 3» todas as inverdades que quiserem. Pensamos, pois, que é importante que se crie esta comissão eventual.

Pensamos que é mau que se vá votar — como penso que VV. Ex.<sup>as</sup> irão fazer, até por disciplina partidária — contra a constituição desta comissão eventual porque se produziram inverdades sobre as empresas públicas. Esta comissão eventual, que seria constituída por deputados de todas as bancadas, teria a possibilidade de, com rigor, com dados objectivos e oficiais — não é uma questão de fonte —, ...

Uma voz do PSD: — É, é!...

O Orador: — ... ver quem é que, de facto, está a falar verdade sobre as empresas públicas.

Comprendemos muito bem as dificuldades do PSD. O PSD não quer que se saiba o que é que se passou em 1980 quando o Sr. Ministro das Finanças era o Prof. Cavaco Silva, e, portanto, não quer que se saiba o que é que os governos do PSD fizeram às empresas públicas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É natural!

O Orador: — Portanto, como o PSD não quer que se saiba aquilo que fez, então o melhor é não aprovar a constituição de nenhuma comissão, porque assim, no segredo dos gabinetes, por detrás da cortina, como já disse, podem continuar a dizer e a fazer aquilo que quiserem.

Ora bem, esta votação do PSD é reveladora; o PSD não quer que uma comissão deste órgão de soberania venha repor a verdade sobre os dislates do Sr. Primeiro-Ministro, logo repetidos por vários deputados, quer, com toda a impunidade política, poder continuar a afirmar as inverdades que lhes sejam convenientes, ainda que a coberto do propagandreamento de certa comunicação social.

Ficou claro que o PSD não quer que, à constelação de omissões, falsificações, sofismas e mentiras em que se apoia e sustenta, seja contraposta a verdade dos factos. E quais são esses factos? Primeiro: o grande capital e os grupos económicos precisaram que chegasse a democracia para passarem a protestar contra o regime, o Estado e a Constituição, eles que eram os verdadeiros senhores e donos do País, e que foram os principais responsáveis pela negação das liberdades, da repressão, do obscurantismo, da guerra colonial e do atraso — e aqui pergunto ao Sr. Deputado Nogueira de Brito se isto não é verdade.

Segundo: antes do 25 de Abril já se tinha feito a centralização e concentração do capital que agora se procura apresentar como uma excitante e fâscante novidade.

Terceiro: as nacionalizações realizadas em 1975 constituíram não uma decisão precipitada, irracional ou emocional das forças do progresso mas uma verdadeira medida de emergência em defesa da própria democracia.

Quarto: é absolutamente falso que a política de privatizações se insira numa filosofia de «menos Estado e melhor Estado». O que se pretende é menos Estado nas empresas rentáveis, na protecção social e no apoio aos cidadãos, deixando-os à mercê das desigualdades e das injustiças, e mais Estado nas empresas não rentáveis, na canalização de recursos e compras ao grande capital, na atribuição de bens fiscais, como, aliás, já vimos na discussão do Orçamento do Estado em relação aos sectores de altos rendimentos.

O empolamento e a dramatização das empresas públicas, isto é, dos prejuízos das empresas públicas, passa a constituir, na vida nacional, o mais descarado exercício, o mais espectacular exemplo do que popularmente se chama «fazer o mal e a caramunha».

O PSD não quer que este órgão de soberania possa exercer o seu direito de fiscalização: é grave a sua posição!

Temos a certeza de que o PSD vai votar também contra a proposta apresentada pelo deputado Silva Lopes ...

**Uma voz do PSD:** — Pois claro! Por que não?!

**O Orador:** — ... e vamos ver a vossa hipocrisia na próxima quarta-feira, na Comissão de Economia, Finanças e Plano, quando apresentarmos a proposta da criação de uma subcomissão permanente. Vamos ver como vão votar! Os senhores querem reservar a discussão para essa sede porque sabem que a comunicação social não vai ter acesso, não vai estar atenta e, afinal, votarão contra, ficando tudo silenciado.

**Protestos do PSD.**

É isso que vocês querem! Querem continuar a poder dizer aqui, enclausuradamente, as falsidades que quiserm, para que elas não possam ser reconhecidas e não possa ser reposta a verdade à luz da opinião pública. É isso que querem, como ficou demonstrado!

**O Sr. Joaquim Fernandes (PSD):** — Isso é só demagogia!

**Aplausos do PCP.**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está encerrado o debate.

Tendo em conta o requerimento apresentado pelo PCP, vamos passar à votação do projecto de deliberação n.º 4/V.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS e votos a favor do PS, do PCP, do PRD e da ID.*

A próxima reunião plenária terá lugar amanhã, pelas 10 horas, constando da ordem do dia a continuação do debate sobre o projecto de lei n.º 100/V, apresentado pelo PS, e a discussão da proposta de lei n.º 6/V e dos projectos de lei n.os 116/V e 145/V.

Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 30 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
Armando Manoel Pedroso Militão  
Arménio dos Santos.  
Carlos Sacramento Esmeraldo.  
Dinah Serrão Alhandra.  
Jaime Carlos Marta Soares.  
José de Vargas Bulcão.  
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.  
Manuel Joaquim Batista Cardoso.  
Manuel José Dias Soares Costa.  
Manuel Maria Moreira.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
António Magalhães da Silva.  
Carlos Manoel Natividade Costa Candal.  
Jorge Fernando Branco Sampaio.  
José Luis do Amaral Nunes.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Carlos Campos Rodrigues Costa.  
Maria Ilda Costa Figueiredo.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Narana Sinai Coissoró.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PSD):**

Álvaro Cordeiro Dâmaso.  
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
Carlos Alberto Pinto.  
Carlos Lelis da Câmara Gonçalves.  
Carlos Matos Chaves de Macedo.  
Fernando Barata Rocha.  
Flausino José Pereira da Silva.  
Gilberto Parca Madail.  
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
José Augusto Santos Silva Marques.  
José Mendes Melo Alves.  
Manuel da Costa Andrade.  
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.  
Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Manoel Avelino.  
António José Sanches Esteves.  
João Cardona Gomes Cravinho.  
José Manoel Lello Ribeiro de Almeida.  
José Manoel Torres Couto.  
Mário Manoel Cal Brandão.

**Partido Comunista Português (PCP):**

António José Monteiro Vidigal Amaro.  
João António Gonçalves do Amaral.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

Vasco da Gama Lopes Fernandes.

**Agrupamento Intervenção Democrática (ID):**

Raul Fernandes de Moraes e Castro.

**OS REDACTORES: José Diogo — Maria Amélia Martins.**

# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

**PREÇO DESTE NÚMERO 152\$00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex